

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RENATA GONÇALVES PEREIRA

**POLÍTICA DE PROVISÕES E EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES NO
BALANÇO SOCIAL: ESTUDO DE CASO DA EMPRESA GERDAU S.A.**

RIO DE JANEIRO

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RENATA GONÇALVES PEREIRA

POLÍTICA DE PROVISÕES E EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES NO
BALANÇO SOCIAL: ESTUDO DE CASO DA EMPRESA GERDAU S.A.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Moacir Sancovski

RIO DE JANEIRO

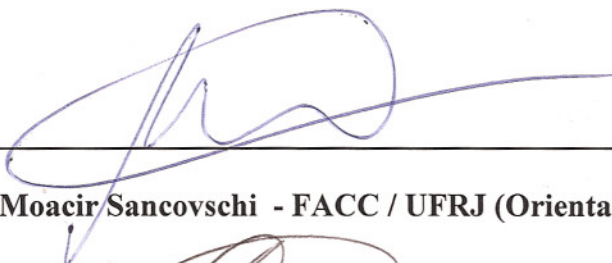
2009

Renata Gonçalves Pereira

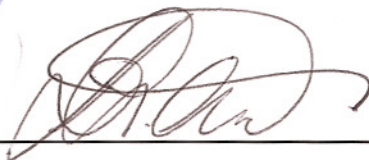
**POLÍTICA DE PROVISÕES E EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES NO
BALANÇO SOCIAL: ESTUDO DE CASO DA EMPRESA GERDAU S.A.**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Ciências
Contábeis da Faculdade de Administração
e Ciências Contábeis, Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos para a obtenção do título de
mestre em Ciências Contábeis.**

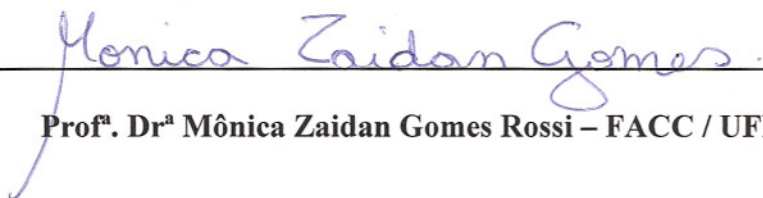
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Moacir Sancovski - FACC / UFRJ (Orientador)



Prof. Dr. Lamounier Erthal Villela – UNESA / RJ



Prof.ª Dr.ª Mônica Zaidan Gomes Rossi – FACC / UFRJ

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA

P436 Pereira, Renata Gonçalves.

Política de provisões e evidenciação de informações no balanço social : estudo de caso da empresa Gerdau S.A. / Renata Gonçalves Pereira. Rio de Janeiro : UFRJ, 2009.

viii, 95 f. ; 30 cm.

Orientador: Moacir Sancovski.

Dissertação (mestrado) – FACC/ Programa de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, 2009.

Bibliografia: f. 92-95.

1.Balanço social. 2. Demonstração financeira. 3. Contabilidade.
I. Sancovski, Moacir. II.Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

CDD 657.3

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me sustentado até o fim na condução deste estudo, nos momentos bons e naqueles mais difíceis.

À minha família, pela compreensão dispensada, face à ausência exigida pela elaboração e conclusão deste trabalho.

Ao professor Moacir, por sua orientação paciente e por não ter desistido de auxiliar nesta pesquisa, pelo aparecimento das primeiras dificuldades.

Aos professores José Augusto V. Marques e Mônica Zaidan, pelos valiosos comentários efetuados quando do exame de qualificação.

Aos colegas de turma do mestrado, pela união do grupo, pelos exemplos de dedicação e pelos momentos felizes que compartilhamos.

*“Todas as flores do futuro estão nas
sementes de hoje.”*

Provérbio Chinês

RESUMO

Este estudo teve como objetivos: (i) examinar a evolução da política de provisões e contingências passivas da empresa Gerdau S.A., ao longo de um período de dez anos, abrangendo o exercício em que ocorreu a apresentação de seu primeiro Balanço Social; e (ii) verificar como os administradores da empresa pesquisada organizaram sua estratégia de comunicação, a partir do momento em que passaram a contar com dois meios de comunicação com as partes interessadas, as demonstrações financeiras e o Balanço Social. Para a realização deste trabalho, foram examinadas as demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios de 1999 a 2008, bem como os Balanços Sociais de 2001 a 2008, elaborados segundo a metodologia proposta pelo IBASE. A leitura destes relatórios demonstrou que a empresa ampliou substancialmente as divulgações relativas a provisões e contingências passivas, aplicou antecipadamente os normativos que entraram em vigor ao longo do período da análise, além de ter aumentado o nível de detalhamento das informações apresentadas no Balanço Social. No entanto, não foi possível identificar a existência de coordenação interna na elaboração das demonstrações financeiras e do Balanço Social.

Palavras-chave: Demonstrações Financeiras. Balanço Social. Política de Provisões e Contingências Passivas.

ABSTRACT

The objective of this study was: (i) to examine the flowering of provisions and contingent liabilities policy of Gerdau S.A., over a period of ten years, including the presentation year of their first Social Report; and (ii) to analyze the way of how company's management organized their communication strategy, from the moment they come to rely on two instruments of communication with the stakeholders and society, the financial statements and Social Report. For the purposes of this study, we examined the consolidated financial statements for the years 1999 to 2008, and the Social Reports from 2001 to 2008, prepared according to the methodology proposed by IBASE. The study of those reports demonstrated that the company surveyed has substantially expanded the disclosures relating to provisions and contingent liabilities, has implemented in advance regulations that took effect during the period of analysis and increased the level of detail of the information disclosed in their Social Report. However, it was no possible to identify the existence of internal coordination in preparing the financial statements and the Social Report.

Key Words: Financial Statements. Social Report. Provisions and contingent liabilities policy.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	5
LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE QUADROS.....	7
LISTA DE GRÁFICOS	8
LISTA DE TABELAS	9
CAPÍTULO I	10
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	11
CAPÍTULO II.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 A gerência da reputação	12
2.2 O gerenciamento dos custos políticos	14
2.3 Objetivos da presente pesquisa.....	15
2.4 Gerenciamento de resultados e governança corporativa	17
2.5 Política de provisões e contingências passivas.....	18
2.5.1 O conceito de provisão na literatura	18
2.5.2 Contingências Passivas.....	21
2.5.3 Provisões passivas vs. Contingências Passivas	22
2.5.4 Ambiente normativo no Brasil	25
2.5.5 Política de provisões.....	26
2.5.5.1 Etapa 1: Identificação dos riscos e fatores críticos de sucesso.....	27
2.5.5.2 Etapa 2: Identificar as exigências requeridas pelas normas de Contabilidade	28

2.5.5.3 Etapa 3: Determinação dos ajustes necessários à adequada divulgação de informações relativas aos riscos e fatores críticos de sucesso.....	28
2.5.5.4 Qualidade da evidenciação	29
2.6 O Balanço Social	30
2.6.2 A institucionalização do Balanço Social no Brasil.....	32
2.6.2.1 Comissão de Valores Mobiliários – CVM	32
2.6.2.2 Conselho Federal de Contabilidade – CFC	33
2.6.3 Metodologias de elaboração do Balanço Social.....	34
2.6.3.1 O modelo IBASE.....	35
2.6.3.2 O modelo GRI	37
2.6.3.3 O modelo do Instituto ETHOS	38
2.6.4 Provisões e Balanço Social.....	40
2.6.5 Reiterando os objetivos da pesquisa.....	42
CAPÍTULO III	44
3 METODOLOGIA.....	44
3.1 Introdução.....	44
3.2 O método de pesquisa.....	44
3.3 A escolha da empresa	45
3.4 A coleta de dados.....	46
3.5 Unidade de análise.....	46
3.6 Política de provisões e contingências passivas.....	46
3.6.1 A evolução das provisões totais, apurada de acordo com a metodologia de Patten e Trompeter (2003).....	46
3.6.2 Cálculo do valor relativo da variação nas provisões passivas totais	47
3.6.3 Cálculo dos valores relativos da variação nas provisões passivas específicas.....	48
3.6.4 Identificação da aderência das provisões constituídas no passivo e das contingências passivas às normas de contabilidade vigentes, em cada período de análise.....	48

3.6.5 Identificação da divulgação de informações adicionais sobre provisões e contingências passivas.....	49
3.7 Análise do Balanço Social.....	49
3.8 Política de provisões vs Balanço Social	49
3.9 Limitações da pesquisa.....	50
CAPÍTULO IV.....	51
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CASO.....	51
4.1 A Empresa	51
4.2 Histórico da Empresa.....	52
4.3 Características da atividade de siderurgia	54
4.4 Períodos estudados	55
4.5 Problemas de consistência de entidade.....	58
4.6 Evolução das provisões segundo o modelo de Patten e Trompeter (2003).....	58
4.7 Evolução das provisões no passivo	61
4.7.1 Evolução dos valores relativos das provisões passivas totais.....	63
4.7.2 Evolução dos valores relativos das provisões específicas no passivo	64
4.8 Evolução dos indicadores apresentados no Balanço Social modelo IBASE.....	65
4.9 Período de 1999 a 2001	68
4.9.1 Política de provisões: 1999 a 2001	68
4.9.2 Balanço Social: ano de 2001	71
4.9.3 Política de Provisões e Balanço Social: 1999 a 2001	72
4.10 Período de 2002 a 2005	72
4.10.1 Política de provisões: 2002 a 2005	74
4.10.2 Balanço Social: 2002 a 2005	76
4.10.3 Política de provisões e Balanço Social: 2002 a 2005	78
4.11 Exercício de 2006	79
4.11.1 Política de Provisões: exercício de 2006	79

4.11.2 Balanço Social: exercício de 2006.....	81
4.11.3 Política de provisões e Balanço Social: exercício de 2006	82
4.12 Período de 2007 a 2008	83
4.12.1 Política de Provisões: 2007 a 2008.....	83
4.12.2 Balanço Social: 2007 a 2008	86
4.12.3 Política de provisões e Balanço Social: 2007 a 2008	86
5 CONCLUSÕES, CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	87
5.1 Conclusões.....	87
5.2 Contribuições do estudo	90
5.3 Recomendações para futuras pesquisas	91
6 REFERÊNCIAS	92

LISTA DE ABREVIATURAS

ADR – American Depositary Receipt

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

FASB – Financial Accounting Standards Board

GRI – Global Reporting Initiative

IAS – International Accounting Standards

IASB – International Accounting Standards Board

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

SEC – Securities and Exchange Commission

SFAC – Statement of Financial Accounting Concepts

SFAS – Statement of Financial Accounting Standards

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo para Gerenciamento de Riscos a Reputação.....	13
Figura 2 – Estrutura Societária Simplificada do Grupo Gerdau.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplos de Provisões	20
Quadro 2 – Tratamento Contábil das Contingências Passivas, de acordo com o SFAS nº 5...	23
Quadro 3 – Classificação do Passivo, pelo grau de certeza.....	24
Quadro 4 – Estrutura do Balanço Social no modelo ETHOS	39
Quadro 5 – Indicação das questões tratadas no Balanço Social, considerando as três metodologias de elaboração, com possíveis contrapartidas nas demonstrações financeiras.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução das Provisões Totais, Variação na Receita de Vendas e Ativo Imobilizado, de acordo com o modelo de PATTEN e TROMPETER (2003).....	60
Gráfico 2 – Evolução dos valores relativos das Provisões Totais no Passivo.....	63
Gráfico 3 – Evolução dos valores relativos das Provisões Específicas no Passivo / AT	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variação nas Provisões Totais, Variação na Receita de Vendas e Valor Líquido do Ativo Imobilizado, apurados segundo as fórmulas utilizadas por Patten e Trompeter (2003).....	59
Tabela 2 - Valores absolutos e relativos das variações nas Provisões Totais e nas Provisões Específicas do Passivo consolidado da GERDAU S.A., de 1999 até 2008	62
Tabela 3 - Evolução dos Indicadores do Balanço Social modelo IBASE, de 2001 a 2008	66

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivos: (i) examinar a evolução da política de provisões e contingências passivas da empresa Gerdau S.A., ao longo de um período de dez anos, abrangendo o exercício em que ocorreu a apresentação de seu primeiro Balanço Social; e (ii) verificar como os administradores da empresa pesquisada organizaram sua estratégia de comunicação, a partir do momento em que passaram a contar com dois meios de comunicação com as partes interessadas, as demonstrações financeiras e o Balanço Social.

Neste trabalho, escolheu-se estudar as informações que devem ser abordadas pela administração da empresa por meio destes dois relatórios. Nesta categoria, encontram-se as informações relativas aos riscos e fatores críticos de sucesso da empresa, que podem ser tratadas pelos administradores através da constituição de provisões no passivo, da evidenciação de contingências passivas e da divulgação de informações no Balanço Social.

Nos últimos anos, houve uma mudança significativa nos meios de comunicação das empresas com seus “stakeholders”. Originalmente, elas somente contavam com as demonstrações financeiras publicadas periodicamente para fornecer informações formais e obrigatórias sobre suas atividades. Mais recentemente, tem-se tornado usual a publicação de balanços sociais e de relatórios sociais corporativos, ampliando o volume e alterando a natureza das informações fornecidas. Interessa, portanto, identificar como as empresas estão se utilizando destes dois meios alternativos na construção de uma estratégia global de comunicação com as partes interessadas.

A seleção da Gerdau deveu-se principalmente ao fato de que ela, por conta dos riscos associados às atividades que desempenha, pode vir a sofrer a intervenções, por parte dos governos ou da sociedade, capazes de lhe impor custos significativos, denominados custos

políticos. Por este motivo, a empresa tem a necessidade de gerenciar a sua reputação. Neste contexto, pode-se argumentar que seus administradores terão todos os incentivos para se utilizar de todos os meios de comunicação ao seu alcance para construir e manter a reputação da companhia junto ao seu público de interesse e a sociedade em geral.

O exame das demonstrações financeiras e dos balanços sociais da Gerdau S.A. demonstrou que o volume de divulgações nos relatórios financeiros, referentes a provisões e contingências passivas, aumentou substancialmente ao longo do período da análise. Entretanto, não foi possível constatar a existência de coordenação interna na elaboração das demonstrações financeiras, no âmbito das provisões e contingências passivas, e no Balanço Social.

1.1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

São quatro os capítulos que completam o conteúdo deste trabalho. No Capítulo II, serão feitas considerações sobre gerenciamento de resultados, política de provisões, e balanços sociais, necessárias para elaborar a metodologia que será apresentada no Capítulo III. No Capítulo IV será efetuada a descrição da empresa examinada, bem como a análise do caso e a apresentação dos resultados obtidos, considerando os intervalos de tempo analisados. Por fim, no Capítulo V serão apresentadas as conclusões, as contribuições do estudo e as recomendações para futuras pesquisas.

CAPÍTULO II

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo deste capítulo é construir um referencial que permita: (i) avaliar a evolução das políticas de provisões e de contingências passivas adotadas por empresas, em um intervalo tempo abrangendo o período de apresentação do primeiro Balanço Social; e (ii) examinar o conteúdo das informações divulgadas no Balanço Social, que poderiam ter algum reflexo nas demonstrações financeiras, seja na forma de provisões no passivo, ou como divulgações de contingências passivas.

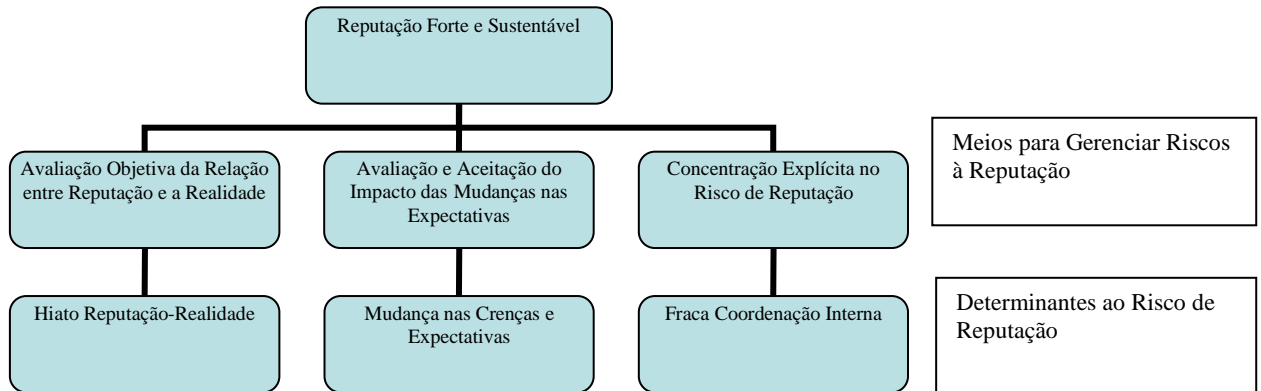
2.1 A gerência da reputação

Eccles, Newquist e Schatz (2007) afirmam que a reputação é um dos mais importantes recursos de qualquer empresa. Sua construção e preservação demandam investimento, empenho e persistência, mas seus benefícios são inequívocos e mensuráveis.

Segundo eles, as empresas mais respeitadas atraem melhores profissionais, agregam mais valor aos produtos e serviços que vendem, têm consumidores mais leais, e contam com a simpatia e a boa vontade da sociedade quando necessitam. Por conseguinte, oferecem lucros crescentes e sustentáveis, honram seus compromissos com todos que delas dependem, além de serem muito valorizadas, especialmente em economias onde parte significativa do valor das empresas resulta de investimentos em ativos intangíveis difíceis de serem avaliados.

A Figura 1 apresenta o modelo que os referidos autores desenvolveram para identificar e gerenciar os riscos à reputação de uma empresa antes que um problema ou crise a afete.

Figura 1 – Modelo para Gerenciamento de Riscos a Reputação



Fonte: Adaptado de Eccles, Newquist e Schatz (2007).

O modelo indica que são três os determinantes dos riscos à reputação. O primeiro resulta da existência de um hiato entre o real caráter da empresa e a reputação que ela conquistou. Se a reputação excede a realidade, qualquer evento, problema ou crise pode trazer severas consequências à empresa. Logo, é necessário que se avalie objetivamente a relação entre a realidade e a reputação, e se tome providências para que elas se alinhem.

O segundo fator de risco é a possibilidade de que as crenças e expectativas em questões relacionadas à empresa, suas atividades ou seus produtos se modifiquem. Nesse caso, urge tomar providências para que as mudanças não criem um hiato entre a realidade e a reputação que exponha a empresa além do desejável ou suportável.

Finalmente, o terceiro determinante do risco é a fraca coordenação interna que resulta em decisões tomadas ou compromissos assumidos por diferentes atores que geram expectativas que a empresa não consegue atender. Para evitar os nefastos efeitos que a fraca coordenação interna pode trazer há de se reconhecer que os riscos à reputação são específicos o suficiente para demandarem atenção concentrada e especializada (ECLLES, NEWQUIST e SCHATZ, 2007).

2.2 O gerenciamento dos custos políticos

Algumas empresas, pelas atividades que desempenham ou pelos produtos que oferecem, se expõem a intervenções, dos governos ou das sociedades, que restringem suas operações e lhes impõem custos significativos, isto é, elas incorrem em custos políticos. A elas não resta outra alternativa, a não ser a adoção de estratégias para a criação e preservação de suas reputações, e para reduzir seus custos políticos, sob pena de serem obrigadas a fazer alterações importantes nas suas operações (SILVA, 2003).

Patten e Trompeter (2003) examinaram as relações entre os níveis de divulgação de informações ambientais feitas por quarenta indústrias químicas nos períodos que antecederam ao acidente da Union Carbide em Bhopal, ocorrido em 1984, e o nível de gerenciamento que elas apresentaram nos resultados do exercício social encerrado em dezembro de 1984.

Tal pesquisa partiu do pressuposto de que o acidente de Bhopal criou fortes pressões políticas para intervenções nas indústrias químicas, e as obrigou a adotar uma combinação de duas estratégias para a preservação de suas reputações e para a redução de seus custos políticos. A primeira estratégia, reativa, seria a utilização de provisões discricionárias para reduzir o lucro e simular uma fragilidade financeira às partes interessadas em seu desempenho; e a segunda, pró-ativa, através da divulgação periódica de informações ambientais. Mais especificamente, Patten e Trompeter (2003) assumiram que as empresas que já vinham divulgando informações ambientais em períodos anteriores ao evento tenderiam a reduzir menos seus resultados através da constituição de provisões discricionárias.

Os resultados obtidos por estes professores demonstraram que as empresas investigadas, em média, constituíram provisões discricionárias significativas no exercício social findo em 1984, ano em que ocorreu o acidente. No entanto, foi constatado naquele trabalho que a magnitude dos ajustes contábeis foi menor para as empresas que tinham um

histórico de divulgação de informações ambientais, e que esses resultados não se alteraram mesmo quando foram controladas as diferenças nos custos políticos das empresas. Portanto, os achados daquela pesquisa foram consistentes com os argumentos de que os administradores de empresas divulgam informações ambientais para lidarem com os custos políticos e com os riscos regulatórios, e de que a decisão de gerenciamento de lucros é parte de uma estratégia política global.

Nas próximas seções deste capítulo serão feitas considerações sobre gerenciamento de resultados, política de provisões, e balanços sociais, necessárias para elaborar a metodologia que será apresentada no próximo capítulo.

2.3 Objetivos da presente pesquisa

Considerando as relações documentadas por Patten e Trompeter (2003) entre a divulgação de informações ambientais e o gerenciamento de resultados por parte de indústrias químicas quando do acidente da Union Carbide em Bhopal como um exemplo particular de empresas que adotam uma estratégia global de comunicação para construir e preservar suas reputações, esta pesquisa examinará a evolução da política de provisões e de contingências passivas, ao longo de um período de dez anos, abrangendo o período em que ocorreu a publicação do primeiro balanço social da empresa pesquisada.

Em 1984, quando ocorreu o acidente em Bhopal, não era comum que empresas publicassem relatórios sociais ou ambientais separados. Naquela ocasião as empresas mais progressistas acrescentavam informações suplementares às demonstrações financeiras para tratar de questões relevantes, mas que não podiam ser expressas em termos financeiros. Portanto, é provável que isso tenha obrigado Patten e Trompeter (2003) a comparar a

divulgação de informações ambientais nos relatórios financeiros oficiais com o gerenciamento de lucros através da constituição de provisões discricionárias¹, na pesquisa que realizaram.

Nos últimos anos, as empresas de maior destaque, por pressões da sociedade, passaram a divulgar balanços sociais para prestar contas sobre o que fazem em benefício de todos os que delas dependem de forma mais imediata, da sociedade maior, e do meio ambiente. Isso justifica que nesta pesquisa sejam usadas as informações publicadas nos balanços e relatórios sociais em lugar das informações sócio-ambientais acrescentadas às demonstrações financeiras oficiais.

Outro aspecto que distingue esta pesquisa da que foi realizada por Patten e Trompeter (2003) é que ela examina a política de provisões e contingências passivas e não o gerenciamento de resultados.

Quando fizeram sua investigação, já era esperado por Patten e Trompeter (2003), considerando os resultados obtidos em trabalhos anteriores, que as quarenta indústrias químicas que estudaram tinham constituído provisões discricionárias negativas para reduzir os riscos de uma intervenção onerosa por parte do governo. Na presente pesquisa, não se está partindo de um acidente ou de qualquer evento que evoque uma manipulação de resultado. O que se pretende é examinar como as empresas organizam suas estratégias de comunicação a partir do momento em que passam a contar com dois meios de comunicação com seus stakeholders e com a sociedade. Conseqüentemente, não se trata neste trabalho de estabelecer hipóteses sobre gerenciamento de resultado. Mais apropriado é que se examine se houve mudanças na política de provisões e contingências passivas e, se houve, qual foi a sua natureza².

¹ Segundo Costa *et al* (2002), o termo “discricionário” refere-se à possibilidade de escolha da administração em relação ao tratamento de um evento contábil quando mais de uma opção igualmente aceita estiver disponível.

² Os administradores das companhias, conforme observado por Lev (1992), possuem opções, dentro das regras legais, no sentido da aplicação dos princípios contábeis do modo que julgarem adequado, não cabendo, no escopo deste trabalho, o julgamento sobre a conformidade das práticas contábeis adotadas ao melhor uso de estimativas por parte da companhia pesquisada.

A opção de examinar somente as provisões e contingências passivas deve-se ao fato de que elas são aferidas e registradas por força de eventos, riscos e iniciativas que são tratados de maneira menos formal e mais rica nos balanços sociais. Desse modo, será possível observar as escolhas que foram feitas pelos administradores na utilização desses dois relatórios, que consistem nas demonstrações financeiras e nos balanços sociais.

2.4 Gerenciamento de resultados e governança corporativa

Coffee (2005), com base nos resultados de várias pesquisas, mostra que a estrutura de propriedade das empresas está associada à natureza dos escândalos e das fraudes corporativas. Segundo o referido autor, o gerenciamento de resultados, tal como observado nos EUA, é mais comum nas empresas onde a propriedade está dispersa. Nas empresas em que propriedade acionária está concentrada, os maiores problemas envolvem a exploração dos benefícios privados do controle por parte dos acionistas controladores.

Pesquisas recentes que trataram especificamente a relação entre a qualidade dos resultados e a estrutura de propriedade das empresas fornecem evidências consistentes com as conclusões de Coffee (2005). DaDalt, Jiraporn e Yaari (2006) comprovaram que as empresas controladas pelas famílias que as fundaram gerenciam menos os seus resultados, selecionam auditores mais reputados e obtém pareceres mais qualificados que as empresas que não têm essas características. Wang (2006) constatou que há associação entre o controle da família fundadora e a qualidade dos resultados avaliada através de três medidas, entre elas o nível de provisões anormais.

Tendo em vista o fato de que no Brasil a propriedade acionária de boa parte das empresas está concentrada nas mãos de poucos acionistas, conforme observado por Gouvêa *et al* (2002), e que em alguns casos eles pertencem às famílias que as fundaram, pode-se supor

que a prática de gerenciamento de resultados, ao menos em suas formas mais contundentes e problemáticas, não seja comum. Por conseguinte, isto se configura como mais um motivo para que, nesta pesquisa, se examine a evolução da política de provisões e de contingências ao longo de um período abrangendo a publicação dos balanços sociais, e não se faça qualquer tipo de inferência sobre o nível de arbitrariedade adotado na constituição das provisões.

2.5 Política de provisões e contingências passivas

O objetivo desta seção é abordar os conceitos de provisões e de contingências passivas e esclarecer o que vem a ser política de provisões, possibilitando examinar o tratamento dado a estas questões nos relatórios financeiros de empresas.

2.5.1 O conceito de provisão na literatura

As provisões estão relacionadas ao regime de competência de exercícios, considerando a contabilização de despesas e receitas no período de sua incorrência, e não no momento de sua realização financeira (SFAC nº 6, FASB, 1985).

Para Niswonger e Fess (1977), uma provisão representa uma despesa ou uma receita que gradualmente aumentam seu valor ao longo do tempo. Os referidos autores, nesta definição, apresentam o conceito de provisão como um processo de acumulação de valores, registrados nas demonstrações financeiras, como exigibilidades ou recebíveis de uma empresa, que sofrem acréscimos com a passagem do tempo, até o momento em que ocorrer o efetivo desembolso ou ingresso de recursos financeiros.

De acordo com o FASB (1985), as provisões relacionam-se a expectativa futura de recebimentos e pagamentos em dinheiro, consistindo no processo de reconhecimento de ativos, passivos, receitas, despesas, ganhos ou perdas, ainda não realizados financeiramente.

O termo provisão tem sido utilizado também para designar contas redutoras de ativos ao seu valor provável de realização. São exemplos de provisões no ativo, com efeito redutor nas contas patrimoniais: estimativas de perdas em recebíveis de clientes, provisão para perda em investimentos e provisões para ajuste de estoques a valor de mercado.

No que se refere à normatização vigente sobre provisões, a Deliberação CVM nº 489/05, qualifica o termo provisão como um passivo de prazo ou valor incerto. Embora a norma reconheça que o termo tem sido usado no contexto de contas retificadoras no ativo ou de passivos derivados de apropriações por competência, não considera estes itens como provisões.

O Quadro 1 lista as provisões do ativo e do passivo evidenciadas no plano de contas proposto por Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007), ajustado pelo tratamento contábil preconizado pela Lei nº 11.638/2007 e pelas normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. Deste modo, observa-se que a aplicação do termo ainda ocorre de forma imprecisa, a despeito das determinações dadas pela Deliberação CVM nº 489/05.

Quadro 1 – Exemplos de Provisões

EXEMPLOS DE PROVISÕES	
NO ATIVO (contas redutoras)	NO PASSIVO
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	Provisões para garantias
Provisão para redução dos estoques a valor de mercado	Provisões para benefícios a empregados
Provisão para perdas em estoques	Provisões para reestruturação
Provisão para perdas prováveis em investimentos, quando o caráter da perda for permanente	Provisões de natureza fiscal
	Provisões cíveis
Provisão para perdas prováveis em investimentos temporários	Provisões para gastos ambientais
	Provisões trabalhistas

Fonte: Adaptado de Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, 2007.

Uma vez que esta pesquisa se propõe a examinar as provisões no passivo e a divulgação de contingências passivas, desta seção em diante, somente serão tratados estes dois itens.

Em relação às provisões no passivo, Hendriksen e Van Breda (1999) comentam que a mensuração de passivos precisa fornecer informação útil a investidores e credores, propiciando a previsão de fluxos de caixa futuros.

Os referidos autores ressaltam que, tão logo o montante de uma exigibilidade seja mensurável com razoável precisão, esta deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras, ainda que se faça necessário estabelecer um intervalo de valores ou probabilidades associados à obrigação.

Em muitos casos, pode ser necessário aos contadores efetuarem estimativas para estes montantes, em virtude destes não serem conhecidos no momento da ocorrência do evento que

os originou, envolvendo julgamentos acerca da probabilidade ou da faixa de valores em que tais despesas e receitas se encontram.

Caso estes eventos fossem registrados apenas na época da liquidação das obrigações, quando seriam conhecidos de fato os montantes envolvidos, a entidade não seria capaz de mensurar e avaliar com relativa eficácia o desempenho dos seus negócios.

O uso de estimativas constitui parte essencial na preparação das demonstrações financeiras e não prejudica sua confiabilidade. Com exceção de casos extremamente raros, uma entidade estará apta a determinar uma faixa de resultados possíveis e pode desta forma efetuar uma estimativa da obrigação que é suficientemente confiável para ser utilizada no reconhecimento de uma provisão (IASB, 2006).

2.5.2 Contingências Passivas

De acordo com a Deliberação CVM nº 489/2005, as contingências passivas são definidas como: (a) obrigações presentes, decorrentes de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência de eventos que não estejam totalmente sob o controle de uma entidade, ou (b) obrigações presentes que não são reconhecidas, em função de não ser provável que uma entidade tenha de incorrer em futuro sacrifício de recursos, ou nos casos em que o montante da obrigação não possa ser mensurado com suficiente segurança.

Stickney e Weil (2008) ressaltam que o reconhecimento de obrigações contingentes como passivos constitui um item controverso em Contabilidade, uma vez que o mundo dos negócios envolve muitas incertezas.

Os referidos autores comentam que as contingências passivas representam potenciais obrigações futuras, decorrentes de eventos passados cujo desfecho permanece incerto, e não

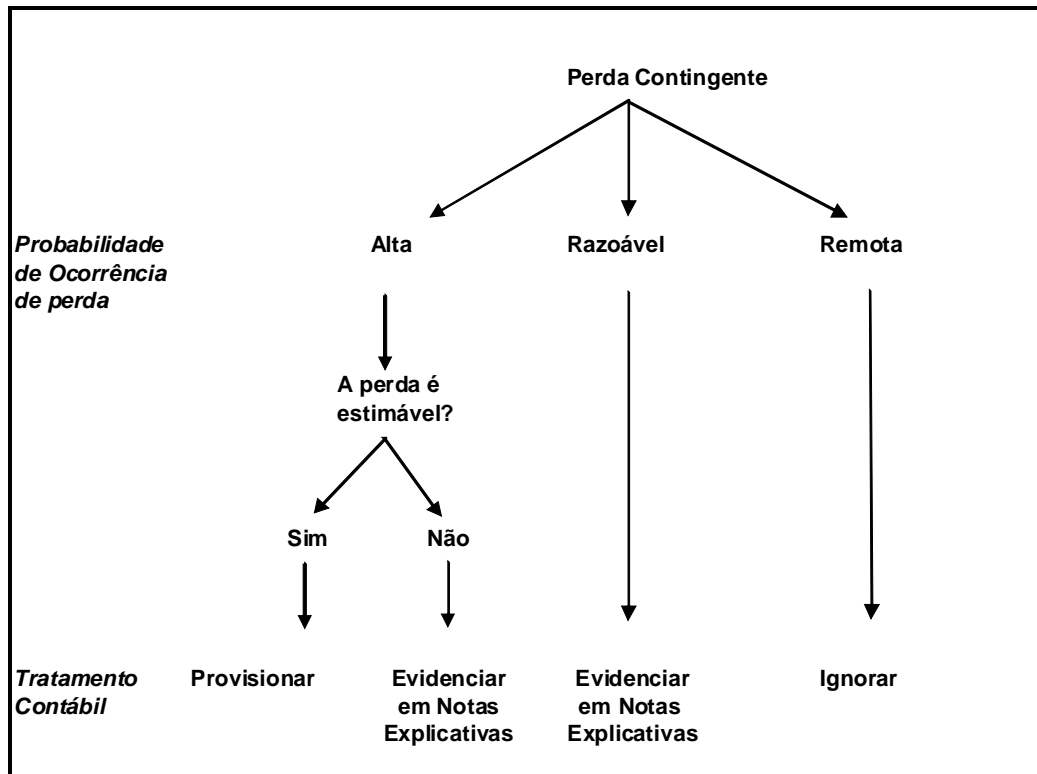
exigibilidades correntes de uma entidade. O reconhecimento de um passivo, nestas situações, estaria condicionado à probabilidade de ocorrência de um evento no futuro, como por exemplo, o resultado de uma ação judicial.

2.5.3 Provisões passivas vs. Contingências Passivas

Segundo Pratt (2006), os passivos são subdivididos em duas classes: os determináveis e os contingentes. Para o referido autor, os passivos determináveis podem ser mensurados de forma precisa, e os montantes em dinheiro necessários para liquidar as obrigações, bem como as datas de pagamento, são razoavelmente conhecidos. Estes passivos incluiriam os seguintes grupos de obrigações: contas a pagar, dividendos a pagar, fornecedores e provisões passivas. Já os passivos contingentes seriam resultantes de condições já existentes que pudessem acarretar resultados negativos no futuro, dependendo da ocorrência de determinados eventos, como por exemplo: processos judiciais, insolvência por parte de clientes e garantias de produtos ou serviços vendidos.

O Quadro 2 ilustra o tratamento contábil apresentado por Pratt (2006) para passivos contingentes, de acordo com o SFAS nº 5 – *Accounting for Contingencies*. Conforme se pode observar, verifica-se que os passivos contingentes, de acordo com a probabilidade de perda (alta, razoável ou remota), podem requerer diferentes tratamentos contábeis.

Quadro 2 – Tratamento Contábil das Contingências Passivas, de acordo com o SFAS nº 5



Fonte: Adaptado de Pratt (2006), p.418.

Nos casos em que a probabilidade de ocorrência de um evento futuro que confirme uma exigibilidade for razoável, ou nas situações em que a probabilidade de ocorrência de perda for provável, mas a obrigação não for mensurável com razoável segurança, a entidade deverá divulgar uma contingência passiva.

Quando a possibilidade de ocorrência de um evento futuro que confirme a obrigação de efetuar sacrifícios futuros por parte de uma entidade for alta, e o montante envolvido for estimável com suficiente segurança, uma provisão passiva deverá ser registrada.

Stickney e Weil (2008) apresentam uma visão mais elaborada do tratamento dado aos passivos. Eles classificam os passivos em seis grupos, segundo o grau de certeza relativo ao sacrifício econômico de recursos a ser efetuado pelas entidades, conforme esquema apresentado no Quadro 3.

Em resumo, pode-se argumentar que as principais diferenças entre uma provisão passiva e uma contingência passiva são explicadas pelos seguintes fatores: (a) a existência de uma obrigação presente, decorrente de eventos passados, dependendo da capacidade de ser mensurável com suficiente segurança para ser registrada; (b) condicionamento à ocorrência de um evento futuro para se tornarem exigíveis.

2.5.4 Ambiente normativo no Brasil

As decisões relativas ao registro e divulgação de provisões passivas, no contexto das companhias brasileiras de capital aberto, são determinadas por normas específicas, emanadas da Comissão de Valores Mobiliários, quais sejam, a Deliberação CVM nº 489/2005, que trata de provisões e contingências passivas, e a Deliberação CVM nº 371/2000, referente a contabilização de benefícios a empregados.

De acordo com a Deliberação CVM nº 489/2005, que entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2006, os riscos e incertezas envolvendo determinadas circunstâncias e eventos podem ser objeto de uma provisão, que corresponde ao registro contábil da melhor estimativa, no que tange à mensuração daqueles riscos e incertezas. Estes riscos envolvem a variabilidade de estimativas de desfechos que podem ocorrer.

Esta norma determina que as entidades devem divulgar, para cada tipo de provisão relevante: (i) uma breve descrição da natureza da obrigação; (ii) fornecer uma indicação relativa às incertezas que a envolvem, considerando o valor e o cronograma de desembolsos futuros, e (iii) o montante de eventual reembolso esperado pela entidade, informando o valor do(s) ativo(s) reconhecido(s) por conta deste reembolso (CVM, 2005).

Antes da vigência desta norma, as companhias de capital aberto deveriam proceder à aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e Convenções Contábeis, constantes

da Deliberação CVM nº 29/86, complementados pelas orientações dadas nos Ofícios-Circulares expedidos pela CVM, relativos às práticas contábeis a serem adotadas para o encerramento do exercício social.

Em relação às provisões para pagamentos de benefícios a empregados, a Deliberação CVM nº 371/2000 determina procedimentos específicos para mensuração, registro e divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras de informações acerca dos benefícios concedidos aos empregados.

A aplicação das disposições da norma, relativas aos procedimentos de contabilização de benefícios a empregados, é obrigatória para as companhias de capital aberto a partir de 1 de janeiro de 2002, sendo que as determinações referentes a divulgação de informações específicas remetem ao encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2001.

Ambas as normas, relativas a provisões no passivo, buscam o alinhamento das práticas contábeis brasileiras às práticas contábeis internacionais, considerando, respectivamente, os normativos IAS 37 - *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*, emitido em 1999, e uma versão anterior da norma IAS 19 - *Employee Benefits*, emitida em 1998, que sofreu alterações em 2004 e 2008.

2.5.5 Política de provisões

No contexto deste estudo, consideram-se como políticas de provisão e contingências passivas, as orientações preconizadas pela administração das empresas, relativas à constituição de provisões e a divulgação de informações sobre provisões e contingências passivas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Para fins desta pesquisa, são três as etapas consideradas na construção da política de provisões e contingências passivas. Na primeira, são determinados os riscos inerentes à atividade da empresa, bem como seus fatores críticos de sucesso, que devem estar adequadamente refletidos no passivo e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Na segunda, são identificadas as normas legais de contabilidade, que devem ser respeitadas por parte da administração da empresa. Finalmente, na terceira, devem ser determinados os ajustes necessários para complementar as informações financeiras obrigatórias segundo a legislação vigente.

2.5.5.1 Etapa 1: Identificação dos riscos e fatores críticos de sucesso

Para Palepu, Bernard e Healy (1997), as demonstrações financeiras devem retratar adequadamente os riscos e os fatores críticos de sucesso, que são determinados pelas características inerentes ao ramo de atividade da empresa e sua própria estratégia competitiva.

Dois grupos de atores detêm o conhecimento necessário para tratar adequadamente as questões apresentadas no parágrafo anterior, e estão envolvidos no cotidiano das operações das empresas, com atuação importante na política de provisões: os administradores, capazes de avaliar os riscos que uma empresa enfrenta e a perceber seus fatores críticos de sucesso, e os profissionais de contabilidade, qualificados para efetuar, em caráter exclusivo ou em conjunto com outros profissionais, a mensuração dos riscos e conseqüente registro ou divulgação dos mesmos nos relatórios financeiros das companhias.

Pode-se exemplificar como riscos a que uma empresa pode estar exposta, e que podem ser tratadas através do registro de provisões no passivo ou da evidenciação de contingências passivas: potenciais danos ao meio ambiente, riscos de acidentes de trabalho, riscos legais,

produção ou comercialização de produtos ou serviços potencialmente nocivos à saúde, além de riscos associados ao ambiente econômico em que a empresa atua.

2.5.5.2 Etapa 2: Identificar as exigências requeridas pelas normas de Contabilidade

Conhecidos o setor de atividade, os riscos e fatores críticos de sucesso da empresa, cabe ao contador identificar as exigências estabelecidas pelas normas de contabilidade, no que se refere a cada transação, que devem ser respeitadas, e cuidar para que todas as informações necessárias estejam disponíveis, possibilitando a aplicação das normas de contabilidade e da legislação pertinente às questões tratadas.

As provisões passivas, em sentido amplo, podem ensejar o exercício da discricionariedade, demandando o julgamento dos administradores, em relação: (i) ao grau de risco operacional envolvido, (ii) ao montante de recursos financeiros que seriam necessários para liquidar a operação, (iii) à probabilidade de incorrência em desembolso significativo de recursos por parte das entidades, e (iv) ao prazo em que ocorrerá o provável sacrifício de recursos. Portanto, os contadores devem contemplar a possibilidade de submeter suas conclusões à apreciação dos administradores.

2.5.5.3 Etapa 3: Determinação dos ajustes necessários à adequada divulgação de informações relativas aos riscos e fatores críticos de sucesso

As normas de contabilidade introduzem ruídos e tendenciosidades porque é freqüentemente difícil restringir a flexibilidade de administradores e contadores sem reduzir o conteúdo informativo das demonstrações financeiras (PALEPU, BERNARD e HEALY, 1997). Por este motivo, sempre que necessário, administradores e contadores devem

considerar a necessidade de complementar as informações exigidas pelo ambiente normativo vigente, para melhor informar seus usuários sobre os riscos e fatores críticos de sucesso da organização.

Em alguns casos, pode ser necessária a constituição de provisões específicas. Em outros, a elaboração de notas explicativas complementando aspectos que não foram apresentados nas demonstrações financeiras. Caso nenhuma destas opções seja viável, deve-se considerar a possibilidade de utilizar o relatório da administração ou o balanço social, como parte da estratégia de comunicação da empresa.

Enfim, os principais produtos das três etapas na construção da política de provisões são: (a) a identificação de provisões específicas a serem registradas nas demonstrações financeiras, para fazer face aos riscos que afetam a empresa, (b) a determinação do conteúdo das notas explicativas, que devem ser preparadas ao fim de cada período, (c) a identificação das informações que serão tratadas no relatório da administração, e (d) as questões que deverão ser encaminhadas através do balanço social.

2.5.5.4 Qualidade da evidenciação

Palepu, Bernard e Healy (1997) argumentam que, para assegurar a qualidade da evidenciação, os administradores devem: (i) divulgar adequadamente a estratégia da empresa e suas conseqüências econômicas; (ii) esclarecer de forma adequada as principais políticas contábeis, suas motivações e pressupostos; (iii) explicar de maneira apropriada o desempenho corrente da empresa; (iv) evidenciar apropriadamente questões, cujas regras e convenções da contabilidade não permitem tratar de forma adequada; (v) evidenciar com correção e honestidade as “notícias ruins” relativas à atuação da empresa, e finalmente (vi) utilizar os

programas de relacionamento com investidores e outros canais de comunicação para atender prontamente as demandas de informação das partes interessadas.

2.6 O Balanço Social

Esta seção visa: (i) apresentar o balanço social como um canal alternativo de comunicação entre as organizações e a sociedade, de divulgação não compulsória e livre da exigência de revisão por parte de auditores independentes; (ii) examinar as principais metodologias de elaboração deste relatório e (iii) identificar as questões abordadas no balanço social que podem ser tratadas nas demonstrações financeiras, na forma de provisões no passivo ou divulgação de contingências passivas.

2.6.1 Definição de Balanço Social

O Balanço Social constitui um relatório, que reúne informações de caráter social relativas às atividades da empresa, de divulgação não obrigatória e sem restrições em relação ao modelo de apresentação, com o objetivo de melhorar o relacionamento junto a todas as partes interessadas, quais sejam: funcionários, parceiros, comunidade, além da própria sociedade em sentido amplo (REIS e MEDEIROS, 2007). As informações apresentadas no relatório não são objeto de revisão obrigatória por parte de auditores independentes. Além do fato de a apresentação ser facultativa, o modelo de apresentação pode ser alternado pelas empresas ao longo do tempo.

No Balanço Social, as informações são apresentadas obedecendo ao formato de um relatório. Assim como ocorre nos relatórios contábeis, constitui um documento que permite

um aperfeiçoamento contínuo de divulgação das ações realizadas pelas entidades (REIS e MEDEIROS, 2007).

Para Tinoco (2001), a inclusão das questões econômicas, ambientais e de cidadania, junto às questões sociais, ampliou o escopo do Balanço Social, que passou a compreender: o balanço social em sentido estrito (balanço de pessoas), a demonstração do valor adicionado (DVA), o balanço ecológico, e a responsabilidade social da empresa.

O conteúdo das informações disponibilizadas neste relatório não obedece a um formato de divulgação uniforme entre as companhias no Brasil, sendo os principais modelos utilizados: o preconizado pelo IBASE (mais difundido), o modelo proposto pela GRI (Global Reporting Initiative) e os indicadores do Instituto Ethos.

O Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social considera na sua metodologia de elaboração do Balanço Social as premissas delineadas nos modelos do IBASE e da GRI, complementada por indicadores específicos, que contemplam informações de caráter quantitativo e qualitativo.

Adicionalmente, ressalte-se que em muitos casos os profissionais de Contabilidade não são os responsáveis pela elaboração deste relatório, estando tal encargo freqüentemente atribuído a outros setores da administração das companhias, tais como o departamento de comunicação institucional, a gerência de recursos humanos, entre outros. Esta situação pode trazer dificuldades de análise por parte de agentes externos à empresa, em função da inconsistência das informações divulgadas no balanço social em relação a outros relatórios apresentados pela empresa.

2.6.2 A institucionalização do Balanço Social no Brasil

Embora a apresentação do balanço social não seja obrigatória por parte das companhias de capital aberto no Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários e o Conselho Federal de Contabilidade assumem posição favorável à divulgação deste relatório.

Atualmente, a Lei nº 11.638/07 estabelece a obrigatoriedade de apresentação da DVA – Demonstração do Valor Adicionado por parte das companhias brasileiras de capital aberto, a partir dos exercícios sociais iniciados em janeiro de 2008.

Antes do advento da nova legislação societária, a DVA era apresentada espontaneamente pelas companhias interessadas, constituindo uma informação abrangida pelo balanço social.

Neste contexto, existe a expectativa de que, em um futuro relativamente próximo, a apresentação do balanço social venha a se tornar obrigatória por parte das companhias brasileiras de capital aberto.

2.6.2.1 Comissão de Valores Mobiliários – CVM

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM incentiva a divulgação de informações de natureza social por parte das companhias de capital aberto. Por meio dos Pareceres de Orientação nº 15/87 e 24/92, o órgão já estimulava as companhias a tornar públicas as informações relativas a gestão de recursos humanos e investimentos aplicados na proteção ao meio ambiente.

Entretanto, apesar de considerar que, em nível mundial, as ações empresariais direcionadas à promoção e ao desenvolvimento social constituem um compromisso a ser

considerado na agenda das empresas, a CVM entendeu que a elaboração e a divulgação do Balanço Social pelas companhias abertas não deveria ser obrigatória.

Na visão do referido órgão regulador, a divulgação voluntária do relatório representaria um reflexo do grau de comprometimento da empresa e seus gestores com as questões de natureza social e ambiental, que estimularia outras companhias a seguir este exemplo (CVM, 1999).

2.6.2.2 Conselho Federal de Contabilidade – CFC

A Resolução CFC nº 1.003/04, estabelece procedimentos e fornece orientações relativas à divulgação de Informações de Natureza Social e Ambiental. Esta norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2006, sendo recomendada a sua adoção antecipada.

O referido normativo preconiza que

“A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.”

De acordo com o exposto, verifica-se que o CFC não determina a obrigatoriedade de apresentação do Balanço Social, mas disciplina o conteúdo e o formato de divulgação a ser adotado pelas empresas que optarem pela sua elaboração.

As informações de natureza social e ambiental constantes desta Demonstração compreendem os seguintes itens: geração e distribuição de riqueza, informações acerca de recursos humanos, interação da entidade com o seu ambiente externo e informações relativas à interação da empresa com o meio ambiente (CFC, 2004).

A Resolução CFC nº 1.003/04 preconiza a apresentação das informações citadas, para efeito de comparação, do exercício atual acompanhadas daquelas referentes ao exercício anterior.

Caso a entidade opte por divulgar a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, esta deverá ser objeto de revisão por parte dos auditores independentes, sendo publicada acompanhada do relatório emitido por estes.

Esta orientação, entretanto, não constitui obrigatoriedade por parte das companhias de capital aberto, uma vez que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não dispõe de nenhuma norma que obrigue as empresas que divulgam o Balanço Social a terem o referido relatório revisado por auditores independentes.

2.6.3 Metodologias de elaboração do Balanço Social

Os modelos de Balanço Social dividem-se basicamente segundo três metodologias: o modelo do IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o modelo delineado pela GRI- Global Reporting Initiative e o modelo ETHOS. Este último preconiza os preceitos delineados pelos modelos IBASE e GRI, complementado por indicadores específicos, que buscam mensurar o desempenho da entidade no relacionamento com seus públicos de interesse e a comunidade em geral.

A seguir, apresentam-se as metodologias utilizadas para elaboração do balanço social, as quais diferem entre si no nível de detalhamento e organização das informações apresentadas, mas que buscam em essência abordar os problemas com que as empresas se defrontam no relacionamento com as partes interessadas.

2.6.3.1 O modelo IBASE

O modelo de Balanço Social adotado pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, é composto de uma planilha onde constam prioritariamente indicadores quantitativos relativos a dados e informações sobre investimentos financeiros, sociais e ambientais realizados pela empresa, nos dois últimos exercícios anuais.

O primeiro modelo de Balanço Social no Brasil foi desenvolvido pelo IBASE em 1997, com o auxílio de técnicos, pesquisadores e representantes de instituições públicas e privadas (IBASE, 2008).

No ano de 1998, foi instituído pelo IBASE o Selo Balanço Social Ibase/Betinho, a ser concedido a todas as empresas e demais organizações que publicassem o Balanço Social segundo a metodologia e critérios propostos pelo Instituto, com o objetivo de estimular a participação de um maior número de organizações na divulgação deste relatório (REIS e MEDEIROS, 2007).

O objetivo do IBASE (2008), ao propor o modelo, era de que o relatório, de apenas uma página, permitisse comparabilidade entre as companhias que o divulgassem, além de preservar as características de simplicidade e fácil entendimento por parte dos leitores. Não é necessário que as informações constantes no demonstrativo sejam auditadas.

O modelo proposto pelo IBASE é composto de sete categorias de indicadores, que abrangem dados quantitativos e qualitativos:

1 - **Base de Cálculo**, que compreende três informações de caráter financeiro: receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta;

2 – **Indicadores Sociais Internos**, demonstrando os investimentos internos, compulsórios e voluntários efetuados pela empresa, tendo como público-alvo os

colaboradores da empresa, na forma de encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, educação, cultura, capacitação profissional, participação nos lucros ou resultados;

3 – **Indicadores Sociais Externos**, representando os investimentos voluntários realizados pela empresa, cujo público-alvo é a sociedade em geral, podendo configurar-se na forma de projetos nas áreas de educação, cultura, saúde, saneamento, esportes, dentre outras atividades;

4 – **Indicadores Ambientais**, compostos pelos investimentos efetuados pela empresa para mitigar os efeitos causados por impactos ambientais e também aqueles realizados com o objetivo de melhorar a qualidade ambiental da produção e/ou da operação da empresa;

5 – **Indicadores do Corpo Funcional**, que têm como objetivo demonstrar a forma com se dá a relação da entidade com seu público interno, no que se refere à criação de novos postos de trabalho, utilização de mão-de-obra terceirizada, número de estagiários e valorização da diversidade;

6 – **Indicadores relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial**, este indicador refere-se às ações adotadas em relação aos públicos que interagem com a entidade, com grande ênfase no público interno. Neste item, são apresentadas informações relativas à participação interna e à distribuição dos benefícios entre os empregados. Em sua maioria, são indicadores qualitativos;

7 – **Outras informações**, espaço reservado para observações da entidade direcionadas à melhor compreensão das práticas sociais e ambientais adotadas ao longo do período coberto pelo relatório. Isto é, este espaço destina-se a apresentação de dados relevantes ao entendimento de como as práticas de responsabilidade social foram incorporadas pela entidade (ETHOS, 2007).

Apesar do demonstrativo apresentar uma metodologia visando à apresentação de acordo com um formato específico, observa-se que as categorias de indicadores apresentados

acima permitem às organizações uma certa flexibilidade na divulgação de informações consideradas relevantes por suas administrações. Portanto, considerando a flexibilidade relativa ao conteúdo do relatório, observa-se que frequentemente as organizações não apresentam as informações no demonstrativo de forma homogênea entre si.

Ressalte-se que o modelo de balanço social preconizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) apresenta os “investimentos” efetuados pela entidade em atividades específicas no ambiente interno ou externo à empresa, tais como meio ambiente, segurança e saúde no trabalho, benefícios a empregados, educação e voluntariado.

Tais montantes constituem gastos que podem representar despesas, em sentido estrito, liquidadas no exercício, ou dispêndios registrados como aplicações de recursos em ativos da empresa.

2.6.3.2 O modelo GRI

De acordo com a GRI – Global Reporting Initiative (2006), o Balanço Social constitui um dos elementos do chamado “Relatório de Sustentabilidade”, que por sua vez tem como objetivo a descrição dos impactos econômicos, ambientais e sociais produzidos por uma entidade no período objeto de análise.

Ainda de acordo com o referido órgão, o documento deve propiciar uma descrição coerente da performance de sustentabilidade da organização que o divulga, abrangendo tanto informações positivas quanto negativas. Este modelo é utilizado por muitas empresas que atuam no mercado de capitais americano.

A questão subjacente aos relatórios de sustentabilidade diz respeito basicamente à utilização que a entidade efetua dos recursos econômicos, sociais e ambientais à sua disposição.

O formato deste relatório abrange basicamente três itens em sua estrutura:

- **Perfil:** Direcionado à divulgação de informações relativas ao contexto geral de atuação da entidade, como meio de compreensão do desempenho organizacional, considerando sua estratégia de atuação e modelo de governança;
- **Informações relativas à forma de gestão:** Relaciona-se a dados que visam informar o contexto do desempenho da organização em uma área de atuação específica, considerando a responsabilidade pela fabricação de produtos ou fornecimento de serviços;
- **Indicadores de Desempenho:** Objetiva a divulgação de indicadores que mensuram a performance da entidade nos níveis econômico, social e ambiental.

As informações contidas no Relatório de Sustentabilidade deverão abranger temas e indicadores que demonstrem os reflexos econômicos, ambientais e sociais que são significativos para as organizações, ou que possam influenciar de forma substantiva as avaliações e decisões das partes interessadas (GRI, 2006).

2.6.3.3 O modelo do Instituto ETHOS

A estrutura do demonstrativo do Balanço Social sugerida pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é a estrutura desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, juntamente com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o qual apresenta-se amplamente difundido no Brasil (REIS e MEDEIROS, 2007).

Neste contexto, o demonstrativo do Balanço Social segundo o modelo proposto pelo IBASE representa um dos anexos do Relatório, seguindo o disposto conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Estrutura do Balanço Social no modelo ETHOS

Apresentação	
01	Mensagem do Presidente
02	Perfil do Empreendimento
03	Setor da Economia
Parte I - A Empresa	
04	Histórico
05	Princípios e Valores
06	Estrutura e Funcionamento
07	Governança Corporativa
Parte II - Atividade Empresarial	
08	Visão
09	Diálogo com Partes Interessadas
10	Indicadores de Desempenho
10.1	Indicadores de Desempenho Econômico
10.2	Indicadores de Desempenho Social
10.3	Indicadores de Desempenho Ambiental
Anexos	
11	Demonstrativo do Balanço Social (Modelo IBASE)
12	Iniciativas do Interesse da Sociedade (Projetos Sociais)
13	Notas Gerais

Fonte: REIS e MEDEIROS (2007, p.79-80).

Os indicadores de desempenho preconizados pelo Instituto Ethos são utilizados de modo a complementar as informações divulgadas nos modelos de balanço social do IBASE e do Global Reporting Initiative - GRI, permitindo que as empresas apresentem de forma mais abrangente informações relativas ao seu desempenho sócio-ambiental (ETHOS, 2007).

O objetivo dos indicadores é identificar o modo como a entidade pode efetuar a melhoria de seu desempenho social, considerando os seguintes temas: valores, transparência e governança; Público Interno; Meio Ambiente; Fornecedores; Consumidores e Clientes; Comunidade; Governo e Sociedade (ETHOS, 2006).

A estrutura dos indicadores é constituída por questões de profundidade, questões binárias e questões quantitativas (Ethos, 2006): as questões de profundidade permitem avaliação do nível atual de gestão da empresa, apresentando o estágio de cada prática de gestão em quadros contíguos.

As questões binárias, compostas por respostas do tipo “sim” ou “não”, contém elementos de qualificação e aprofundamento do estágio de responsabilidade social da empresa, enquanto as questões quantitativas dizem respeito ao levantamento sistemático de dados, que podem ser utilizados através de séries anuais e cruzados com outros dados do relatório social.

2.6.4 Provisões e Balanço Social

Existem questões vivenciadas pelas empresas, no relacionamento com seu público interno ou externo, que podem suscitar a necessidade de se registrar provisões passivas ou divulgar contingências passivas, mas que também podem ser tratadas no balanço social.

Em sentido amplo, empresas podem utilizar de forma conjunta a política de provisões, no âmbito de seus relatórios financeiros, e a divulgação de informações sócio-ambientais, em seus relatórios sociais, visando obter uma resposta positiva por parte dos agentes de mercado e da sociedade em geral.

Neste estudo, serão analisados a evolução da política de provisões e contingências passivas, e o balanço social, como parte da estratégia global de comunicação, em relação aos principais stakeholders, visando a construção e a preservação da reputação das organizações.

O quadro 5 exemplifica questões tratadas no balanço social, de acordo com as três metodologias apresentadas anteriormente, GRI , Indicadores do Instituto ETHOS e o modelo do IBASE, que poderiam também ser tratadas nas demonstrações financeiras, na forma de provisões no passivo ou divulgação de contingências passivas.

Quadro 5 – Indicação das questões tratadas no Balanço Social, considerando as três metodologias de elaboração, com possíveis contrapartidas nas demonstrações financeiras

POSSÍVEIS PROVISÕES NO PASSIVO OU DIVULGAÇÃO DE CONTINGÊNCIAS PASSIVAS	IBASE	GRI	ETHOS
Provisões para riscos de acidentes de trabalho	<p>Indicadores Sociais Internos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Segurança no trabalho (investimentos em relação à receita líquida do ano) <p>Informações relevantes para o exercício da cidadania empresarial</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número total de acidentes de trabalho 	<p>Indicadores de Desempenho</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nível Social - Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e óbitos relacionados ao trabalho. 	<p>Indicadores de Desempenho Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Público Interno - Quantidade média de acidentes de trabalho por empregado no ano.
Provisões para benefícios a empregados	<p>Indicadores Sociais Internos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Previdência Privada (investimentos em relação à receita líquida) 	<p>Indicadores de Desempenho</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nível Social - Cobertura de obrigações de planos de pensão de benefício definido 	<p>Indicadores de Desempenho Econômico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Previdência privada
Provisões para garantias de produtos ou serviços	<p>Informações relevantes para o exercício da cidadania empresarial</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número total de reclamações de consumidores, relativas a produtos ou serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nível Econômico - Impactos econômicos indiretos, envolvendo comercialização de produtos ou serviços prestados. 	<p>Indicadores de Desempenho Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consumidores e clientes - Conhecimento e gerenciamento dos danos potenciais de produtos e serviços
Provisão para mitigação de impactos ambientais ou divulgação de Contingências passivas	<p>Indicadores Ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Investimentos direcionados à mitigação de impactos ambientais. - Investimentos direcionados à prevenção de problemas ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nível Ambiental - Principais impactos decorrentes de produtos ou serviços da empresa. - Total de gastos ambientais e especificação por tipo. 	<p>Indicadores de Desempenho Ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade média de incidentes, autuações ou multas, por violação de normas de proteção ambiental no período. - Total do passivo ambiental no final do período. - Total investido em programas e projetos de melhoria ambiental.

Fonte: elaboração própria.

Considerando a presença de elementos comuns no balanço social e nas demonstrações financeiras, o ideal seria que estes dois conjuntos de relatórios fossem preparados de forma coordenada, senão pelo mesmo grupo de pessoas, para garantir a unidade e a coerência da estratégia de comunicação da empresa.

Como nem sempre este é o caso, na leitura dos relatórios, há de se avaliar o nível de coerência existente, e neste aspecto, pode-se argumentar que, em relação ao balanço social, a qualidade da evidenciação também é determinada pela capacidade deste relatório de retratar corretamente a real situação da empresa.

2.6.5 Reiterando os objetivos da pesquisa

Enfim, o objetivo deste estudo consiste na análise da evolução da política de provisões e contingências passivas da Gerdau S.A., através do exame de suas demonstrações financeiras, considerando questões no relacionamento da empresa com os Stakeholders que também podem ser tratadas pela administração por meio do Balanço Social. Observa-se, portanto, o papel dos relatórios financeiros e do Balanço Social como elementos de uma estratégia global de comunicação da empresa com seu público de interesse.

Em relação à política de provisões, esta pesquisa examinará, especificamente: (i) os riscos e fatores críticos de sucesso que demandam a constituição de provisões no passivo ou a divulgação de contingências passivas; (ii) os requisitos legais e normativos, que devem ser respeitados pela empresa na mensuração e registro de provisões passivas e apresentação de contingências passivas; (iii) os acréscimos e ajustes efetuados nas informações obrigatórias, para a adequada apresentação de informações relativas aos riscos e fatores críticos de sucesso da empresa; e (iv) a qualidade da evidenciação das informações relativas a provisões passivas e divulgação de contingências passivas nas demonstrações financeiras.

Quanto ao balanço social, serão examinadas as informações fornecidas relativas aos riscos e fatores críticos de sucesso que poderiam ter alguma ligação com as informações apresentadas nas demonstrações financeiras, referentes a provisões e contingências passivas.

CAPÍTULO III

3 METODOLOGIA

3.1 Introdução

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa, e está dividido nos seguintes tópicos: o método de pesquisa, a escolha da empresa, a coleta de dados, a análise da política de provisões e contingências passivas, a análise do balanço social e as limitações da pesquisa.

3.2 O método de pesquisa

Este trabalho consiste no estudo de um único caso, que visa examinar a política de provisões e contingências passivas, abrangendo os seguintes períodos: os dois exercícios sociais anteriores à apresentação do primeiro Balanço Social, o exercício em que ocorreu a primeira divulgação, e os sete exercícios sociais subsequentes.

Cooper e Morgan (2008) comentam que casos de caráter provocativo podem levantar importantes questões, e que discutir sobre as mesmas pode ajudar os profissionais de contabilidade e os preparadores de políticas contábeis a julgar de maneira mais equilibrada os limites da visão da Contabilidade como uma ciência neutra.

Muitas pesquisas no ramo da Contabilidade, como por exemplo, a de Patten e Trompeter (2003), focam na observação do comportamento médio de variáveis em grandes amostras com o propósito de produzir generalizações confiáveis e válidas para uma ampla

população. As conclusões obtidas podem, ser verdadeiras, em certa medida, para a população objeto de estudo, mas não necessariamente para cada um de seus elementos. Há de se considerar, ainda, a importância do contexto em que se desenvolve a pesquisa. Entre outras situações, a abordagem do estudo de caso se mostra útil nos casos em que os fenômenos pesquisados são afetados pelo contexto, e também quando o fenômeno é objeto de interação com ou influencia o contexto (COOPER e MORGAN, 2008). Portanto, considerando-se os objetivos desta pesquisa, julgou-se apropriado o estudo detalhado de um único caso.

3.3 A escolha da empresa

Os critérios para escolha da empresa foram os seguintes: (i) disponibilidade de relatórios financeiros, contendo informações que permitam acompanhar a evolução da política de provisões e contingências passivas. Para tanto, é adequado que a companhia pesquisada seja uma empresa de capital aberto, uma vez que estas são obrigadas, de acordo com a legislação societária, a divulgar informações financeiras ao público em geral; (ii) possuir uma série histórica de balanços sociais, com a primeira divulgação ocorrida em um período relativamente recente, (iii) apresentação do balanço social seguindo uma das três metodologias de elaboração mais difundidas, quais sejam, o modelo GRI, o modelo IBASE ou o modelo do Instituto ETHOS. Adicionalmente, destaca-se o fato de a empresa escolhida, por atuar no setor de siderurgia, possuir altos custos políticos decorrentes da sua atividade, o que gera indícios de que os seus administradores preocupam-se com a gerência da reputação.

3.4 A coleta de dados

Os dados a serem utilizados neste trabalho serão obtidos através da apreciação dos relatórios da administração, abrangendo as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, nos balanços sociais e nos relatórios sócio-ambientais divulgados pela Empresa ao longo do período abrangido por esta pesquisa.

3.5 Unidade de análise

Considerando que o objetivo desta pesquisa é estudar a evolução da política de provisões e contingências passivas de uma empresa, em conjunto com as informações apresentadas no balanço social, em condições ideais, é necessário que os dois relatórios (demonstrações financeiras e balanço social) estejam relacionados à mesma entidade. Portanto, esta será mais uma condição a ser respeitada pela empresa escolhida.

3.6 Política de provisões e contingências passivas

3.6.1 A evolução das provisões totais, apurada de acordo com a metodologia de Patten e Trompeter (2003)

Nesta pesquisa, serão apurados os valores das provisões totais³, através da seguinte fórmula, empregada por Patten e Trompeter (2003):

³ Embora não tenham explicitado formalmente em sua pesquisa, Patten e Trompeter (2003) estimaram o gerenciamento de lucros através do volume relativo de provisões correntes negativas. As diferenças entre os métodos de apuração das provisões correntes e das provisões totais foram tratadas de maneira mais clara no anexo do trabalho de Dadalt, Jiraporn e Yaari (2006).

$$\mathbf{TTAC} = \Delta \mathbf{AC} - \Delta \mathbf{PC} - \Delta \mathbf{Caixa} - \mathbf{Depreciação},$$

onde:

TTAC = Provisões Totais,

$\Delta \mathbf{AC}$ = Variação no Ativo Circulante

$\Delta \mathbf{PC}$ = Variação no Passivo Circulante.

Uma vez que empresas podem apresentar tamanhos diferentes entre si, e que o tamanho de uma mesma empresa pode variar ao longo do tempo, Patten e Trompeter (2003), em seu estudo, dividiram o montante da variável TTAC pelo valor do ativo total (AT) em cada ano.

No modelo utilizado por Patten e Trompeter (2003) para estimar as provisões discricionárias, foram empregadas duas variáveis independentes. A primeira foi: $\Delta \mathbf{REV} / \mathbf{AT}$, onde $\Delta \mathbf{REV}$ = Variação na receita de vendas; e a segunda: $\mathbf{PPE} / \mathbf{AT}$, onde PPE = valor do imobilizado, líquido de depreciação.

Embora, nesta pesquisa, não se pretenda determinar a parcela discricionária das provisões, o comportamento das provisões totais será comparado com o comportamento destas duas variáveis.

3.6.2 Cálculo do valor relativo da variação nas provisões passivas totais

O valor relativo da variação nas provisões passivas totais será determinado através da seguinte fórmula:

$$\Delta \mathbf{PPT} / \mathbf{AT}$$

onde:

Δ PPT = Variação nas Provisões Passivas Totais

AT = Ativos Totais

A decisão de se analisar o valor relativo da variação nas provisões passivas totais em lugar dos valores absolutos deve-se ao fato de que é necessário evitar que variações no tamanho da empresa ao longo do tempo interfiram no estudo do comportamento observado das provisões.

3.6.3 Cálculo dos valores relativos da variação nas provisões passivas específicas

Considerando que as provisões passivas totais resultam da soma de várias provisões específicas, a análise anterior será efetuada para cada uma das provisões específicas.

3.6.4 Identificação da aderência das provisões constituídas no passivo e das contingências passivas às normas de contabilidade vigentes, em cada período de análise

A aderência das provisões registradas no passivo e da divulgação de contingências passivas será analisada através de consultas aos relatórios de administração da empresa pesquisada, considerando todos os períodos abrangidos nesta análise, além do exame das práticas contábeis apresentadas no referido relatório e das informações constantes nas notas explicativas às demonstrações financeiras, relativas a provisões e contingências passivas.

Considerando que a função dos auditores externos é atestar a aderência dos relatórios financeiros aos requisitos determinados pelas normas contábeis e pela legislação societária, através do exame das demonstrações financeiras, nesta pesquisa, será utilizado o parecer dos

auditores como um indicador da aderência das demonstrações financeiras da empresa escolhida aos requisitos legais e normativos vigentes ao longo do período abrangido por esta análise.

3.6.5 Identificação da divulgação de informações adicionais sobre provisões e contingências passivas

Com o objetivo de identificar a divulgação de informações adicionais sobre provisões passivas e contingências passivas, além daquelas exigidas pela normatização vigente em cada período analisado, serão examinados os relatórios de administração da empresa, bem como o conteúdo apresentado nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.7 Análise do Balanço Social

No balanço social, serão consultadas as informações que poderiam ser tratadas nas demonstrações financeiras através da política de provisões e contingências passivas. As informações que serão consultadas dependerão claramente do modelo de balanço social adotado pela empresa pesquisada. Alguns exemplos de informações examinadas podem ser identificados no Quadro 5, constante do referencial teórico.

3.8 Política de provisões vs Balanço Social

Nesta pesquisa, a análise da evolução da política de provisões passivas e das contingências passivas, e do balanço social da empresa pesquisada será segmentada por períodos de tempo, que compreendem um ou mais exercícios sociais. Estes períodos serão definidos em função da ocorrência de eventos marcantes na existência da empresa.

3.9 Limitações da pesquisa

As conclusões advindas deste trabalho não permitem generalizações relativas aos seus resultados, uma vez que se trata da análise de um único caso, considerando o intervalo de tempo utilizado como base da pesquisa. Outro aspecto importante na condução deste trabalho diz respeito à utilização de dados disponibilizados ao público pela empresa pesquisada. Deste modo, é possível que existam informações importantes que não tenham sido identificadas ou fornecidas pela empresa objeto deste estudo. Por fim, é possível ainda que as análises efetuadas sofram os efeitos de problemas de interpretação das informações obtidas a partir de relatórios disponibilizados ao público.

CAPÍTULO IV

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CASO

4.1 A Empresa

Para a realização deste trabalho, foram analisados: (i) as demonstrações financeiras consolidadas de 1999 a 2008 da Gerdau S.A.; (ii) os balanços sociais da Companhia, no período de 2001 a 2008; e (iii) de forma independente, os relatórios sócio-ambientais de 2002 a 2005.

A empresa Gerdau S.A. é uma sociedade de capital aberto e uma empresa “holding”, integrante do Grupo Gerdau, sob o controle da Metalúrgica Gerdau S.A. A Gerdau S.A. por meio de suas subsidiárias e demais empresas controladas, dedica-se principalmente à produção e comercialização de produtos siderúrgicos.

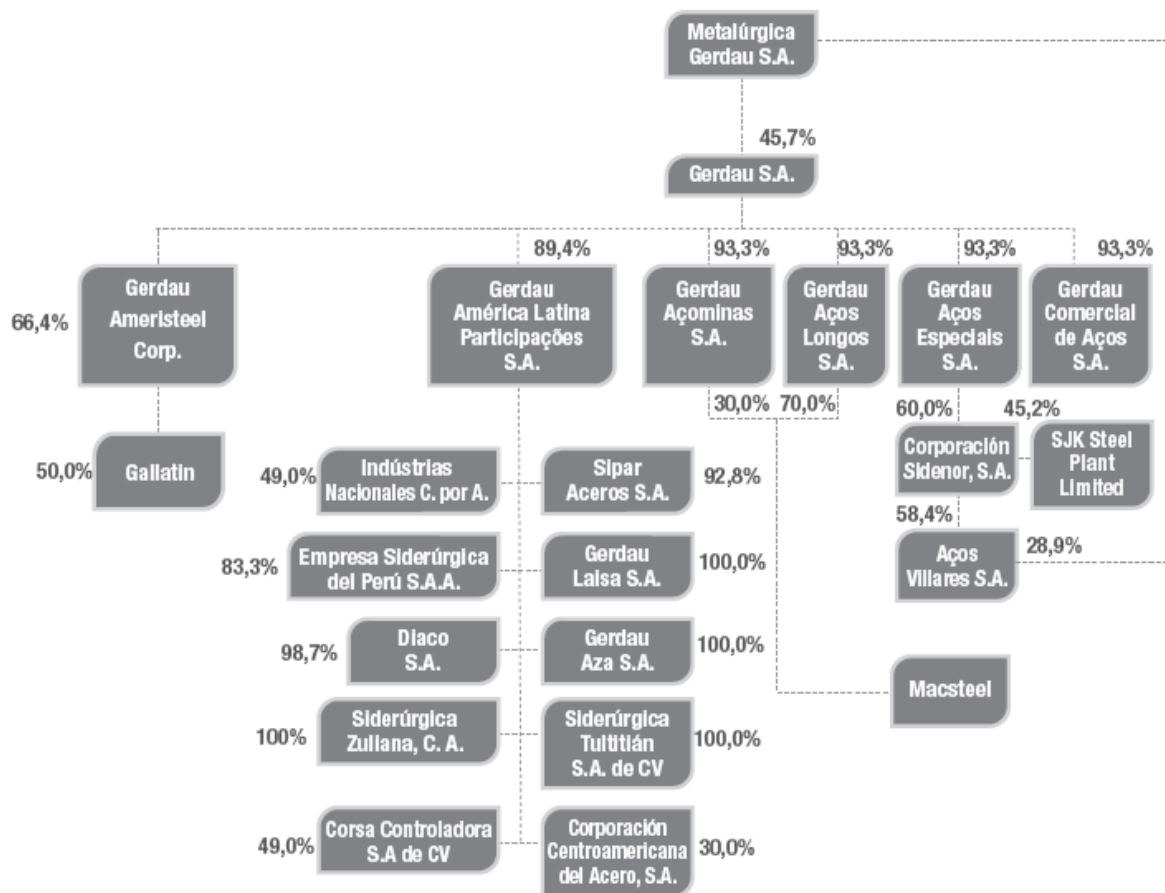
O mercado de atuação mais importante da empresa é o setor industrial, direcionado aos fabricantes de bens de consumo, como automóveis e eletrodomésticos. A empresa também tem atuação considerável como fornecedor de vergalhões e arames para concreto, utilizados na construção civil, além de produzir pregos, grampos e arames, utilizados na agropecuária.

O Grupo Gerdau ocupa a posição de 13º maior produtor de aço do mundo e é líder no segmento de aços longos no continente americano. As empresas do grupo possuem 337 unidades industriais e comerciais, além de cinco joint ventures, e quatro empresas coligadas, atuando em 14 países: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Guatemala, Índia, México, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. As ações da empresa Gerdau S.A. estão presentes nas bolsas de valores de São Paulo, Nova York,

Toronto, Madri e Lima. A Gerdau S.A. consolida suas participações em vinte e nove empresas subsidiárias, no Brasil e no exterior (Gerdau, 2009).

Na Figura 2, é apresentada uma estrutura societária simplificada do Grupo Gerdau, refletindo a posição de 31 de dezembro de 2008.

Figura 2 – Estrutura Societária Simplificada do Grupo Gerdau



Fonte: Gerdau, Relatório da Administração 2008.

4.2 Histórico da Empresa

O Grupo Gerdau iniciou suas atividades no ano de 1901, com a Fábrica de Pregos Pontas de Paris, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, fundada por João Gerdau,

imigrante alemão. Em 1947, a Empresa ingressou no mercado de capitais, através da Fábrica de Pregos, atual holding Metalúrgica Gerdau S.A., com a negociação de ações na bolsa de valores de Porto Alegre.

A Companhia ingressou no ramo da siderurgia em 1948, com a criação da siderúrgica Riograndense, em Porto Alegre, onde utilizou de forma pioneira o forno elétrico a arco e a sucata como matéria-prima, visando custos operacionais mais competitivos.

Em 1971, foi iniciada a construção da usina Cosigua no Rio de Janeiro, inicialmente sob a forma de uma joint venture com o grupo alemão August Thyssen Huetten. Oito anos depois, a Gerdau detém isoladamente o controle do empreendimento. Hoje é a maior usina de aços longos da América Latina.

O processo de abertura de capital da Companhia ocorreu de forma gradativa. A partir dos anos 50, a Empresa iniciou a concessão de financiamentos para possibilitar a aquisição de ações por seus executivos. Mais tarde, esta concessão se estendeu aos demais empregados, viabilizada através da Fundação Gerdau (BOVESPA, 2009).

A venda de ações da Companhia ao público externo se consolidou em 1969, através do lançamento de ações nas Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em março de 1999, a Gerdau obteve o registro para negociação de suas ações, por intermédio do instrumento denominado American Depositary Receipt – ADR, nível II, na Bolsa de Nova Iorque.

Desde 2001, a Companhia está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA⁴. Os níveis diferenciados de governança corporativa – Nível 1 e Nível 2 – são segmentos especiais de listagem na BOVESPA, criados em 2000, com o objetivo de

⁴ O Nível 1 de Governança corporativa caracteriza-se por compromissos específicos assumidos pelas empresas que o compõe, dentre os quais destacam-se: (i) manutenção de um percentual mínimo de 25% das ações de seu capital em circulação no mercado; (ii) divulgação das demonstrações de fluxos de caixa, individual e consolidado, previsão esta já contemplada na atual legislação societária brasileira; (iii) discriminação da posição acionária, por espécie e classe do capital social, considerando os acionistas detentores de 5% ou mais do capital, até o nível de pessoa física. Não há obrigatoriedade de apresentação de relatórios sociais por parte das companhias listadas neste segmento.

promover o interesse dos investidores e a valorização das companhias aderentes a estes níveis (BOVESPA, 2009).

A Companhia, até os dias atuais, é administrada por membros da família controladora, a qual detém indiretamente cerca de 50,26% do capital votante; a participação direta da família Gerdau é de 3,89%, totalizando 54,15% de participação no controle da Empresa⁵ (Gerdau, Controle Acionário, 2009).

4.3 Características da atividade de siderurgia

A atividade siderúrgica caracteriza-se principalmente pela utilização de insumos e geração de resíduos potencialmente danosos ao meio ambiente.

Ferreira *et al* (2008) listam os seguintes impactos desta atividade: (i) alteração da propriedade física dos solos / perda de fertilidade; (ii) Impacto na água nos rios; (iii) Assoreamento de canais naturais; (iv) geração de resíduos sólidos; (v) geração de efluentes líquidos; (vi) emissão de dióxido de carbono; e (vii) alterações climáticas.

Além dos problemas ambientais que podem resultar desta atividade, existem sérios riscos de acidentes de trabalho, relacionados à operação de equipamentos industriais.

Sancovschi e Silva (2004) argumentam que empresas que desempenham atividades com estas características, independente das ações concretas que tomem para mitigar os problemas que podem causar, em geral, divulgam informações sociais, como um meio de reduzir seus custos políticos e/ou preservar a legitimidade social de suas operações. Eccles, Newquist e Schatz (2007), de forma complementar, comentam sobre a necessidade que tais empresas têm de gerenciar suas reputações, sempre que estas se distanciam da realidade, e

⁵ Posição em 30 de abril de 2009.

sempre que haja mudanças nas crenças e expectativas da sociedade, em relação as suas atividades.

Em relação às questões ambientais e de segurança no trabalho, a Gerdau tem tido uma atuação positiva, investindo continuamente na melhoria das condições de trabalho e em novas tecnologias para a redução dos impactos ambientais que suas operações possam causar. Neste aspecto, destaca-se a estratégia específica de reutilização de sucata no seu processo produtivo.

A produção do aço ocorre principalmente através de fornos elétricos, utilizando sucata e ferro-gusa adquiridos, em sua maior parte, na região de cada usina siderúrgica pertencente ao Grupo Gerdau. Atualmente, a empresa é a maior recicladora de sucata da América Latina e uma das maiores do mundo (Gerdau, Relatório da Administração 2008).

Em relação à divulgação de informações, a Gerdau também tem adotado postura pró-ativa, através da utilização dos relatórios da administração e dos balanços sociais, para tratar das questões críticas que afetam suas operações e da adoção antecipada dos padrões contábeis internacionais.

4.4 Períodos estudados

O estudo dos relatórios financeiros e dos balanços sociais foi realizado observando os seguintes intervalos de tempo, identificados com base na ocorrência de eventos marcantes ocorridos na empresa pesquisada.

(i) Período de 1999 a 2001

No ano de 2000, foi emitida a Deliberação CVM nº 371/2000, que determina regras específicas para a contabilização de benefícios a empregados, além de divulgações nas notas

explicativas às demonstrações financeiras. A aplicação dos requisitos desta norma, para a contabilização dos benefícios a empregados, é obrigatória para os exercícios iniciando em ou após 1º de janeiro de 2002. A Gerdau efetuou a aplicação antecipada da norma, no exercício de 2001.

No ano de 2001, ocorreu a apresentação do primeiro balanço social da empresa. Naquele ano, a Gerdau divulgou, no quadro de indicadores do Balanço Social seguindo a metodologia do IBASE, no relatório da administração, informações referentes a sua atuação no Brasil, não considerando as empresas do grupo no exterior. Isto pode acarretar problemas de consistência em relação à unidade de análise.

(ii) Período de 2002 a 2005

Em 2002, ocorreu um acidente em um alto-forno da empresa Açominas, controlada da Gerdau S.A. Neste mesmo ano, a Gerdau publicou pela primeira vez seu Relatório Social e Ambiental, o qual será estudado de forma independente neste trabalho. Em 2005, a empresa publicou seu último relatório sócio-ambiental, considerando o intervalo de tempo analisado nesta pesquisa.

A partir de 2003, a Gerdau passou a divulgar, nas notas explicativas as suas demonstrações financeiras, informações detalhadas relativas às provisões para contingências passivas e às contingências passivas. Até aquele exercício social, não havia nenhum ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários tratando destas questões.

(iii) Exercício de 2006:

A partir deste ano, a Gerdau passou a divulgar informações relativas ao desempenho sócio-ambiental juntamente com o quadro de indicadores do Balanço Social, no relatório da administração, e não mais através da apresentação de relatórios sociais separados, como ocorrera até o ano de 2005.

A partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2006, entrou em vigor a Deliberação CVM nº 489/2005, que estabelece regras específicas para o registro de provisões e divulgação relativas a provisões e contingências. Esta deliberação segue as diretrizes da norma internacional IAS 37, emitida em julho de 1999. Embora a Deliberação CVM nº 489 tenha sido emitida em 2005, a Gerdau já seguia as exigências preconizadas neste normativo, desde o exercício de 2003, possivelmente em função do alinhamento antecipado da empresa às práticas contábeis internacionais, relativas a provisões e contingências passivas.

(iv) Período de 2007-2008

Em 2007, a Gerdau efetuou a adoção antecipada da Instrução CVM nº 457/2007, a qual estabelece que as companhias de capital aberto deverão apresentar demonstrações financeiras consolidadas seguindo os padrões internacionais de contabilidade, em substituição ao padrão contábil brasileiro. A vigência da norma inicia-se nos exercícios sociais findos em 2010.

4.5 Problemas de consistência de entidade

Conforme mencionado na metodologia, para as necessidades desta pesquisa, seria importante preservar a consistência da entidade retratada nas demonstrações financeiras e nos balanços sociais. Entretanto, no ano de 2001, diferentemente do que ocorreu nos demais anos, a empresa apresentou, no balanço social, as informações relativas a suas operações no Brasil, sem considerar suas operações no exterior.

4.6 Evolução das provisões segundo o modelo de Patten e Trompeter (2003)

A Tabela 1 apresenta as estatísticas relativas às provisões estimadas através do modelo de Patten e Trompeter (2003) juntamente com as estatísticas das variáveis independentes do modelo que eles utilizaram na determinação das provisões discricionárias.

Tabela 1 – Variação nas Provisões Totais, Variação na Receita de Vendas e Valor Líquido do Ativo Imobilizado, apurados segundo as fórmulas utilizadas por Patten e Trompeter (2003)

	<u>1999</u>	<u>2000</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>
Var. Ativo Circulante	1.122.501	261.796	802.650	2.010.807	(36.209)	4.221.385	2.572.913	1.924.479	1.259.316	5.462.567
Var. Passivo Circulante	1.314.198	227.482	1.023.051	2.234.602	(1.045.998)	904.769	(1.058.560)	1.307.586	1.090.454	1.888.289
Var. Caixa	273.001	9.307	308.653	417.834	(413.650)	1.024.961	3.422.727	502.129	(3.940.727)	513
Imobilizado, líquido	3.632.411	3.848.751	5.807.868	7.597.318	7.378.725	7.927.363	8.693.501	11.183.651	15.827.944	20.054.747
Desp. Depreciação	198.199	340.083	367.659	506.788	599.934	762.050	838.606	1.011.426	1.295.099	1.624.172
TTAC	(662.897)	(315.076)	(896.713)	(1.148.417)	823.505	1.529.605	(629.860)	(896.662)	2.814.490	1.949.593
PPE	3.632.411	3.848.751	5.807.868	7.597.318	7.378.725	7.927.363	8.693.501	11.183.651	15.827.944	20.054.747
Δ Rev	1.297.342	2.177.960	857.122	4.060.359	4.639.007	7.624.606	2.078.245	2.025.122	3.102.588	11.294.317
TTAC / AT	-10,4%	-4,6%	-9,2%	-7,9%	5,8%	8,2%	-2,9%	-3,3%	6,8%	3,3%
Δ Rev / AT	20,4%	31,5%	8,8%	28,1%	32,6%	40,9%	9,5%	7,5%	7,5%	19,1%
PPE / AT	57,1%	55,7%	59,5%	52,5%	51,8%	42,5%	39,7%	41,5%	38,2%	34,0%

Fonte: elaboração própria.

Legenda:

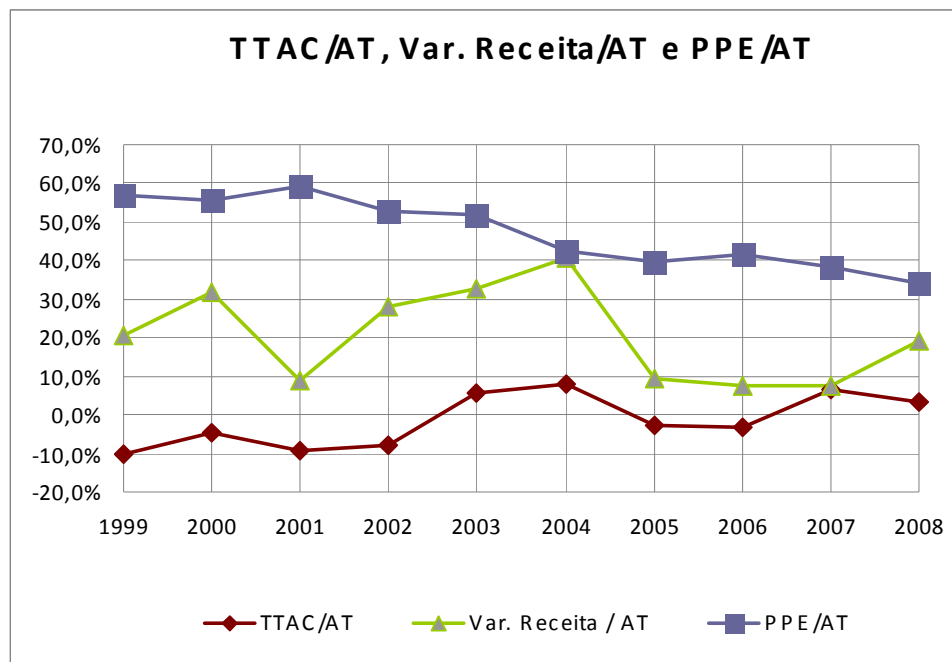
TTAC = Δ Ativo Circulante – Δ Caixa – Δ Passivo Circulante - Depreciação

PPE = Imobilizado, valor líquido

Δ Rev = Variação na Receita de Vendas

O Gráfico 1 compara os valores das variáveis TTAC/AT, PPE/AT e Δ REV/AT, no período de 1999 a 2008.

Gráfico 1 - Evolução das Provisões Totais, Variação na Receita de Vendas e Ativo Imobilizado, de acordo com o modelo de PATTEN e TROMPETER (2003)



Fonte: elaboração própria.

O exame da Tabela 1 e do Gráfico 1 demonstra que o valor relativo das provisões totais variou de $-10,4\%$ a $-7,9\%$, no período de 1999 a 2002. E, a partir de 2003, variou entre $5,8\%$ e $-3,3\%$ em 2006, sugerindo que houve uma alteração de monta no valor relativo das provisões totais após a publicação do segundo balanço social, em 2002. A partir do exercício social de 2006, a empresa deixou de apresentar relatórios sociais, passando a divulgar informações sobre sua atuação sócio-ambiental juntamente com o quadro de indicadores do balanço social, constante do Relatório da Administração. Em 2007 e 2008, respectivamente, os valores relativos das provisões totais foram de $6,8\%$ e $3,3\%$.

A análise visual do comportamento das variáveis apresentadas no gráfico mostra que ele é consistente com os parâmetros da função utilizada por Patten e Trompeter (2003) para estimar as provisões discricionárias, no intervalo de 1999 a 2006. Isto é, existe uma relação

positiva entre a variação das provisões totais e a variação na receita, e uma relação negativa entre a variação nas provisões totais e o valor líquido do ativo imobilizado. No entanto, a partir de 2006, a relação entre estas variáveis aparentemente se modifica.

Uma vez que, nesta pesquisa, o objetivo é examinar a política de provisões e contingências passivas, deste ponto em diante, serão tratadas as provisões no passivo, considerando as provisões totais e as provisões específicas do passivo.

4.7 Evolução das provisões no passivo

A Tabela 2 apresenta os valores absolutos e relativos, das variações nas provisões totais e nas provisões específicas do passivo consolidado da Gerdau S.A., considerando os exercícios sociais de 1999 até 2008.

Tabela 2 - Valores absolutos e relativos das variações nas Provisões Totais e nas Provisões Específicas do Passivo consolidado da GERDAU S.A., de 1999 até 2008⁶

Gerdau S.A. - Consolidado	Valores em R\$ mil																			
	1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Valores Absolutos	Valores Relativos	Valores Absolutos	Valores Relativos	Valores Absolutos	Valores Relativos	Valores Absolutos	Valores Relativos	Valores Absolutos	Valores Relativos	Valores Absolutos	Valores Relativos	Valores Absolutos	Valores Relativos	Valores Absolutos	Valores Relativos	Valores Absolutos	Valores Relativos	Valores Absolutos	Valores Relativos
Prov. Contingências Tributárias	(37.847)	-0,59%	41.767	0,60%	3.936	0,04%	(3.524)	-0,02%	(709)	0,00%	1.534	0,01%	(46.171)	-0,21%	(24.510)	-0,09%	(63.892)	-0,15%	19.826	0,03%
Prov. Contingências Cíveis	0	0,00%	(2.479)	-0,04%	(4.069)	-0,04%	(38.804)	-0,27%	(53.014)	-0,37%	(727)	0,00%	94.219	0,43%	(6.540)	-0,02%	141	0,00%	2.507	0,00%
Prov. Contingências Trabalhistas	0	0,00%	(15.189)	-0,22%	(12.938)	-0,13%	(1.435)	-0,01%	5.954	0,04%	(19.895)	-0,11%	58	0,00%	(21.656)	-0,08%	(22.557)	-0,05%	(306)	0,00%
Prov. Para Benefícios a empregados	0	0,00%	(23.804)	-0,34%	(22.574)	-0,23%	(311.293)	-2,15%	78.801	0,55%	(15.608)	-0,08%	30.700	0,14%	(150.215)	-0,56%	(85.809)	-0,21%	(517.086)	-0,88%
Prov. Contingências Ambientais	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	(38.406)	-0,18%	(38.318)	-0,14%	19.928	0,05%	(35.959)	-0,06%
Varição Total das Provisões no Passivo	(37.847)	-0,59%	295	0,00%	(35.645)	-0,36%	(355.056)	-2,46%	31.032	0,22%	(34.696)	-0,19%	40.400	0,18%	(241.239)	-0,90%	(152.189)	-0,37%	(531.018)	-0,90%
Total do Ativo	6.361.718		6.905.548		9.766.420		14.462.008		14.246.741		18.663.822		21.879.186		26.929.543		41.477.639		59.050.514	

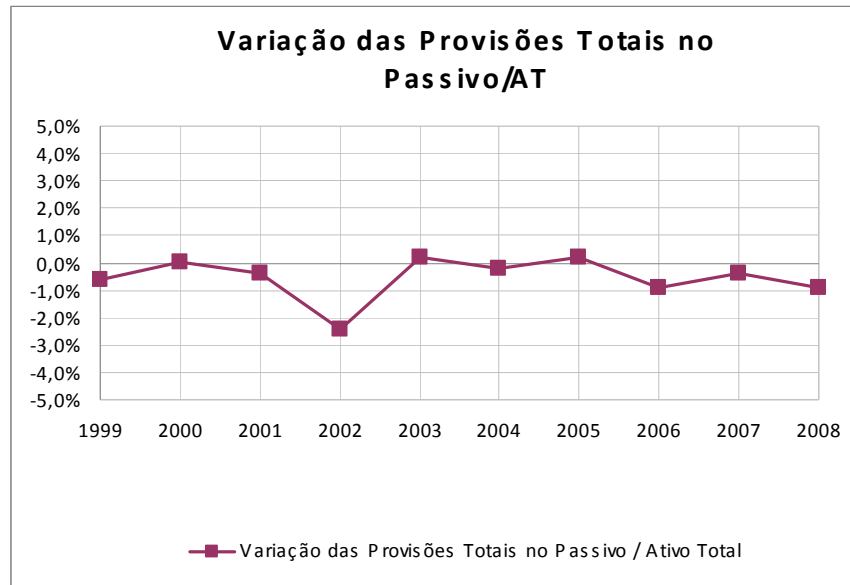
Fonte: elaboração própria.

⁶ Observa-se que, na Tabela 2, não constam as provisões relativas a passivos ambientais, no período de 1999 a 2004, uma vez que a empresa só divulgou os montantes registrados como provisões para gastos com danos ambientais a partir de 2006, comparativamente aos montantes provisionados em 2005, na rubrica "outras contas a pagar" das suas demonstrações financeiras.

4.7.1 Evolução dos valores relativos das provisões passivas totais

O Gráfico 2 apresenta a evolução dos valores relativos das provisões apuradas na Tabela 2.

Gráfico 2 – Evolução dos valores relativos das Provisões Totais no Passivo



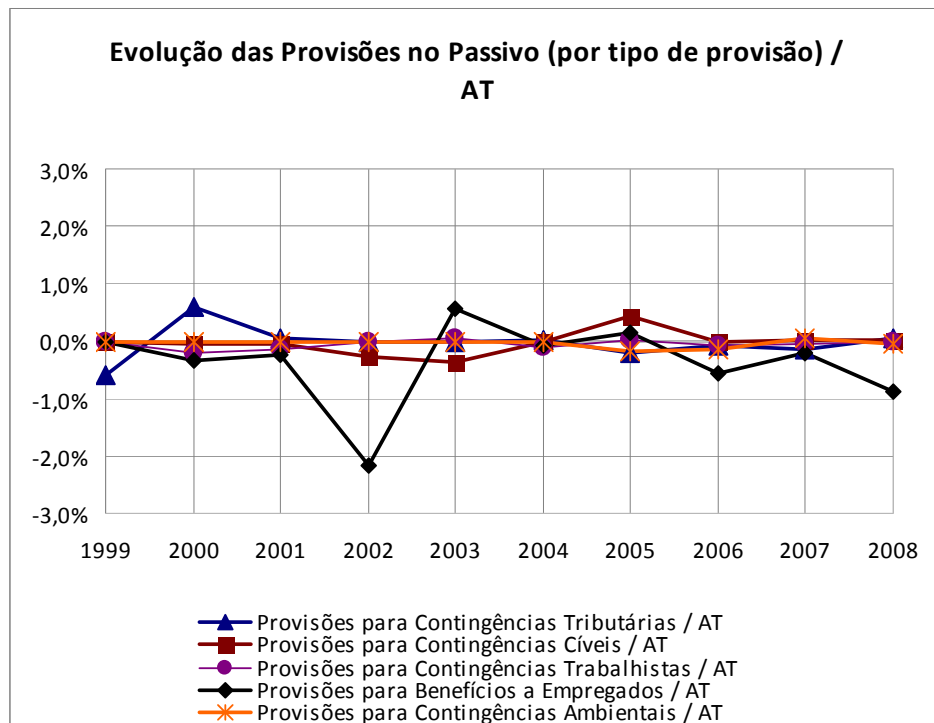
Fonte: elaboração própria.

Não obstante as informações apresentadas na Tabela 1 e no Gráfico 1 tenham sugerido a ocorrência de uma mudança expressiva no comportamento das provisões totais após a publicação do primeiro balanço social, observou-se na Tabela 2 e no Gráfico 2 que o comportamento dos valores relativos das provisões no passivo pouco se alterou nos anos de 1999 a 2008, exceto no ano de 2002, quando alcançou $-2,46\%$. Naquele ano: (i) a empresa apresentou seu primeiro Relatório Social e Ambiental, com informações adicionais ao quadro de indicadores do Balanço Social, divulgado pela primeira vez em 2001; e (ii) ocorreu um acidente em um alto-forno da empresa Açominas, controlada da Gerdau, com repercussões na esfera judicial.

4.7.2 Evolução dos valores relativos das provisões específicas no passivo

O Gráfico 3 apresenta a evolução dos valores relativos constantes da Tabela 2, para as seguintes provisões do passivo consolidado da Companhia, em cada período da análise: (i) Provisões para Contingências Tributárias; (ii) Provisões para Contingências Cíveis; (iii) Provisões para Contingências Trabalhistas; (iv) Provisões para Benefícios a Empregados, e (v) Provisões relativas a Passivos Ambientais.

Gráfico 3 – Evolução dos valores relativos das Provisões Específicas no Passivo / AT



Fonte: elaboração própria.

É possível observar que, de modo geral, os valores relativos de todas as provisões específicas do passivo não apresentaram variações expressivas. A única exceção foi a Provisão para Benefícios a Empregados, que apresentou aumento nos valores provisionados no resultado (despesas) no exercício de 2002. Em função do efeito das variações nos valores

relativos desta provisão, observou-se um deslocamento considerável na curva do valor relativo das provisões totais apresentado no Gráfico 2.

A despeito do impacto desta provisão no ano de 2002, não se pode observar nenhum esclarecimento adicional nos relatórios financeiros relativo a esta variação. Ressalte-se que esta variação possivelmente não ocorreu em função da adoção da Deliberação CVM nº 371/2000, uma vez que a Gerdau aplicou os dispositivos da norma a partir do exercício de 2001.

4.8 Evolução dos indicadores apresentados no Balanço Social modelo IBASE

Na Tabela 3, são apresentados os indicadores do balanço social segundo a metodologia proposta pelo IBASE, contemplando apenas as questões com possíveis contrapartidas nos relatórios financeiros, na forma de provisões no passivo ou divulgação de contingências passivas.

Tabela 3 - Evolução dos Indicadores do Balanço Social modelo IBASE, de 2001 a 2008⁷

Balanço Social Gerdau S.A.																
QUADRO DE INDICADORES																
(expressos em milhares de reais, exceto indicadores do corpo funcional)																
Descrição																
1 - Base de Cálculo																
1.1 - Receita Líquida (RL)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008								
	3.557.515	9.161.712	13.366.961	19.597.262	21.245.748	23.516.760	30.613.528	41.907.845								
1.2 - Resultado Operacional (LO)	603.869	961.478	1.147.212	4.454.667	4.041.495	4.394.545	4.813.451	8.005.014								
1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)	284.433	1.020.887	1.406.358	1.751.960	1.960.847	2.375.095	2.533.635	3.202.189								
1.4 - Remuneração de Terceiros	45.833	51.163	-	-	-	-	-	-								
2 - Indicadores Sociais Internos																
	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Valor	% sobre RL	Valor	% sobre RL	Valor	% sobre RL	Valor	% sobre RL	Valor	% sobre RL	Valor	% sobre RL	Valor	% sobre RL	Valor	% sobre RL
2.6 - Previdência Privada	7.316	0,21	21.168	0,23	46.528	0,35	96.018	0,49	91.922	0,43	80.482	0,34	96.264	0,31	94.410	0,23
2.9 - Segurança e saúde no trabalho	4.575	0,13	10.942	0,12	11.251	0,08	16.243	0,08	21.522	0,10	38.121	0,16	47.916	0,16	56.609	0,14
3 - Indicadores Sociais Externos																
	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Valor	% sobre RL	Valor	% sobre RL	Valor	% sobre RL	Valor	% sobre RL	Valor	% sobre RL	Valor	% sobre RL	Valor	% sobre RL	Valor	% sobre RL
3.1 - Tributos	862.485	24,24	1.301.588	14,21	1.382.564	10,34	3.739.566	19,08	3.815.847	17,96	3.451.118	14,68	2.186.476	7,14	4.009.985	9,57
4 - Indicadores Ambientais																
4.1 - Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	18.696	0,53	55.317	0,60	88.961	0,67	70.449	0,36	186.648	0,88	168.557	0,72	345.719	1,13	201.010	0,48
4.2 - Investimentos em programas e/ou projetos externos	N/D		N/D		N/D		N/D		1.294	0,01	1.099	0,00	1.745	0,01	2.567	0,01
5 - Indicadores do Corpo Funcional																
Número de colaboradores no final do período	11.998		17.250		20.160		24.148		25.253		31.563		36.925		46.217	
6 - Informações sobre Cidadania Empresarial																
6.1 - Número total de acidentes de trabalho	N/D		N/D		N/D		N/D		287		348		327		453	
7 - Acidentes por colaborador																
	N/D		N/D		N/D		N/D		0,01		0,01		0,01		0,01	

Fonte: Elaboração própria. Os dados foram extraídos dos Relatórios de Administração da Gerdau de 2001 a 2008.

⁷ Os montantes e indicadores referentes ao exercício de 2001 correspondem exclusivamente às operações da Gerdau no Brasil. A partir de 2002, a empresa passou a divulgar informações consolidadas no Quadro de Indicadores do Balanço Social no modelo IBASE, abrangendo suas empresas no exterior. No ano de 2002, a empresa não apresentou as informações consolidadas comparativas do exercício de 2001.

Tendo em vista que os números apresentados no exercício de 2001 referem-se apenas às operações da empresa no Brasil, os comentários relativos a Tabela 3 efetuados a seguir levarão em consideração este fato.

Através da observação dos dados da Tabela 3, verifica-se que a empresa apresentou crescimento considerável no volume de receitas ao longo do período analisado. O número de colaboradores também apresentou acréscimo significativo. Estes fatos podem estar associados às aquisições de empresas realizadas pela Gerdau no Brasil e no exterior.

Considerando os dispêndios de recursos efetuados no período da análise, verificou-se que os gastos com previdência complementar apresentaram oscilações, em termos relativos e absolutos, a despeito do aumento considerável no número de empregados.

Os desembolsos referentes à segurança e saúde no trabalho, embora tenham aumentado em valores absolutos, não apresentaram variações importantes, em comparação à receita líquida. Não obstante o número de acidentes tenha aumentado em termos absolutos, observou-se que em termos relativos a quantidade de acidentes de trabalho permaneceu praticamente estável.

Os dispêndios com tributos oscilaram ao longo do período da análise. Nos exercícios de 2007 e 2008, foram identificados os menores volumes de desembolso, em termos relativos.

Os gastos com investimentos em meio ambiente, em valores absolutos e relativos, aumentaram consideravelmente até o ano de 2007, com pequenas oscilações ao longo do período, apresentando decréscimo em 2008.

Nas próximas seções, serão examinadas informações qualitativas sobre as provisões e contingências passivas, juntamente com as informações contidas no balanço social, em cada um dos intervalos de tempo definidos previamente.

4.9 Período de 1999 a 2001

Os eventos mais expressivos ocorridos no período foram: (i) em 1999, a Companhia adquiriu a siderúrgica norte-americana Ameristeel, reforçando sua presença na área internacional; (ii) neste mesmo ano, obteve o registro na Bolsa de Nova Iorque, visando a negociação de suas ações através de instrumentos denominados American Depositary Receipts (ADR's) no mercado de capitais norte-americano; (iii) Em 2001, adquiriu o controle da empresa Aço Minas Gerais S.A. – Açominas; (iv) apresentou pela primeira vez, no relatório da administração de 2001, o quadro de indicadores do Balanço Social elaborado de acordo com a metodologia do IBASE, e (v) aplicou antecipadamente, no exercício de 2001, as exigências contidas na Deliberação CVM nº 371/2000, que trata da contabilização e divulgação de benefícios a empregados.

4.9.1 Política de provisões: 1999 a 2001

Examinando os relatórios da administração dos exercícios de 1999 a 2001, observou-se, em relação à política de provisões e contingências passivas, que a Companhia apresentou, na relação de principais práticas contábeis, apenas um item com informações resumidas, referentes à divulgação de elementos do passivo:

“...Outros passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.”

Considerando as provisões registradas no passivo, no ano de 1999, a empresa apresentou em uma nota explicativa, com teor breve, um comentário relativo ao montante contabilizado:

“15 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia discute judicialmente questões tributárias, e por essa razão, foi constituída provisão para contingências, destinada à cobertura de eventuais perdas, avaliadas como prováveis por nossos consultores jurídicos, como segue:”

	Consolidado	
	1999	1998
Empréstimos Eletrobrás	76.355	54.521
Tributárias	72.453	52.519
	<u>148.808</u>	<u>107.040</u>

Fonte: Gerdau, Relatório da Administração 1999.

Segue a nota explicativa detalhando as provisões para contingências constantes das demonstrações financeiras de 2000:

“17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, estes referentes a determinados impostos e contribuições. A administração acredita, baseada em seus consultores legais, que a provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, e que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2000.”

Contingência	Consolidado	
	2000	1999
Contingências Tributárias	103.120	144.887
Contingências Trabalhistas	19.046	3.857
Contingências Cíveis	2.543	64
	<u>124.709</u>	<u>148.808</u>

Fonte: Gerdau, Relatório da Administração 2000.

No exercício de 2001, a nota explicativa identificando a composição das provisões para contingências passivas apresentava o mesmo descritivo das demonstrações financeiras divulgadas no exercício anterior.

Portanto, no que se refere à qualidade da evidenciação, observou-se no período analisado que a Companhia não esclareceu de maneira detalhada suas principais políticas contábeis, as motivações e os pressupostos considerados na construção da política de provisões.

Ressalte-se que, no período de 1999 a 2001, não havia normas de contabilidade específicas relativas a provisões. Conforme comentado, o ambiente normativo brasileiro então vigente orientava a aplicação estrita dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e o atendimento às orientações dos Ofícios-Circulares da CVM.

No ano de 2001, a Gerdau aplicou de forma antecipada as orientações preconizadas pela Deliberação CVM nº 371/2000, que trata da contabilização de benefícios a empregados. A adoção da norma, considerando a contabilização dos benefícios, é obrigatória apenas a partir dos períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2002. Algumas exigências de divulgação preconizadas neste normativo são mandatórias a partir do encerramento do exercício de 2001.

Em relação à aderência das provisões constituídas no passivo e das contingências passivas às normas de contabilidade, verificou-se que os pareceres de auditoria, relativos aos exercícios sociais de 1999 até o de 2001, informaram que as demonstrações contábeis da Companhia representavam em todos os aspectos considerados pelos auditores como relevantes, a real posição patrimonial e financeira da empresa.

4.9.2 Balanço Social: ano de 2001

No período de 1999 a 2000, a companhia ainda não divulgava balanços sociais. Nos exercícios de 1999 e 2000, a empresa apresentou no relatório da administração um item comentando de forma resumida as práticas de gestão de recursos humanos, segurança no trabalho e concessão de benefícios de previdência privada.

Em 2001, a empresa divulgou seu primeiro balanço social, que se consistiu somente na publicação do quadro de indicadores seguindo a metodologia do IBASE.

O referido relatório, diferente dos demais publicados posteriormente, apresentou informações relativas à atuação da empresa no Brasil, sem considerar as empresas controladas do exterior, o que comprometeu a consistência das informações fornecidas ao longo do tempo, prejudicando a comparabilidade dos relatórios.

Embora o relatório da administração de 2001 acusasse que o balanço social tenha fornecido “*conteúdos[...]que traduzem a estratégia de formação de um time de profissionais especialistas em siderurgia e parceiros no negócio...*”, observou-se que o balanço social restringiu-se a publicação de “*números e indicadores*”, que não esclareceram a atuação da empresa em relação à responsabilidade social e ambiental (Gerdau, Relatório da Administração, 2001).

Na Tabela 3, são apresentadas as principais informações divulgadas no quadro de indicadores, que podem ter contrapartidas nas demonstrações financeiras, em forma de provisões no passivo ou como divulgações de contingências passivas. Os números divulgados referem-se a dispêndios relativos à previdência privada, tributos, segurança no trabalho e investimentos em meio ambiente. No ano de 2001, não foram divulgados pela empresa os números relativos à quantidade de acidentes de trabalho ocorridos no período.

O Balanço Social do ano de 2001, embora tenha sido apresentado no relatório da administração, não foi objeto de revisão por parte de auditores independentes.

4.9.3 Política de Provisões e Balanço Social: 1999 a 2001

Ao longo deste primeiro período da análise, que abrange a divulgação do primeiro balanço social da Companhia, observou-se que, basicamente, a única alteração verificada na política de provisões foi a adoção antecipada dos dispositivos da Deliberação CVM nº 371/2000, no exercício de 2001, mesmo ano em que ocorreu a apresentação do primeiro balanço social. As divulgações relativas a provisões para contingências passivas, bem como as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não apresentaram alterações ao longo do período de 1999 a 2001. No Balanço Social de 2001, a empresa divulgou apenas o quadro de indicadores do IBASE, sem tecer comentários acerca do seu conteúdo.

4.10 Período de 2002 a 2005

Os principais eventos ocorridos são apresentados segundo o ano de sua ocorrência.

Ano de 2002: (i) Acidente em um regenerador da Açominas, com repercussões na esfera judicial. Esta informação foi divulgada no Relatório da Administração de 2002; (ii) apresentação do primeiro Relatório Social da Gerdau (iii) Fusão das operações da Gerdau na América do Norte com a empresa Co-Steel, do Canadá, formando a empresa Ameristeel Corporation, com ações negociadas na bolsa de valores de Toronto.

Ano de 2003: (i) integração das atividades operacionais da Gerdau S.A. com empresa Aço Minas Gerais S.A. – Açominas. Com esta operação, todas as usinas siderúrgicas e ativos complementares da Gerdau foram transferidos para a Açominas, que mudou sua razão social para Gerdau Açominas S.A.; (ii) a Gerdau divulgou pela primeira vez o montante de passivos contingentes não provisionados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Ano de 2004: (i) a Gerdau adquiriu ativos de quatro empresas sediadas nos Estados Unidos; (ii) a empresa apresentou pela primeira vez, no relatório da administração, um item relativo à responsabilidade social e ambiental; (iii) na relação das principais práticas contábeis, a empresa divulgou pela primeira vez, no intervalo de tempo estudado, os pressupostos empregados no uso de estimativas; (iv) também no elenco das principais práticas contábeis, a empresa informou os critérios utilizados para a contabilização de investimentos em meio ambiente.

Ano de 2005: (i) a Gerdau adquire o controle de uma empresa produtora de vergalhões, sediada na Colômbia; (ii) a empresa apresentou pela primeira vez, no quadro de indicadores do Balanço Social, o número de acidentes de trabalho ocorridos no período; (iii) a Gerdau divulgou no Balanço Social de 2005, um item sobre segurança no trabalho; (iv) a empresa apresentou pela última vez seu relatório social, considerando o período analisado nesta pesquisa; e (v) divulgação, no elenco das principais práticas contábeis, dos critérios para a contabilização de benefícios pós-emprego.

4.10.1 Política de provisões: 2002 a 2005

No intervalo de tempo analisado observaram-se dois tipos de alterações, em relação à política de provisões e contingências passivas: (i) evolução no detalhamento das práticas contábeis utilizadas pela empresa, e (ii) ampliação das divulgações relativas a passivos contingentes.

No que se refere ao acidente ocorrido na Açominas em 2002, o mesmo acarretou parada de produção por um período de aproximadamente seis meses (BRASIL MINERAL, 2007). No entanto, não foram destacadas nas demonstrações contábeis, provisões no passivo, decorrentes deste evento.

A divulgação das práticas contábeis contemplou pela primeira vez as seguintes questões, no período de 2002 a 2005: uso de estimativas, investimentos em meio ambiente, e benefícios pós-emprego.

Quanto ao uso de estimativas, é comentado, no Relatório da Administração de 2004, que as demonstrações contábeis da Companhia incluem estimativas de provisões necessárias para passivos contingentes, e que os resultados reais podem apresentar divergências em relação às estimativas efetuadas.

Os critérios para a contabilização de investimentos em meio ambiente, apresentados também no relatório da administração de 2004, segundo a empresa, relacionam-se ao registro de gastos com atendimento de regulamentos ambientais, os quais são registrados como custo de produção ou capitalizados quando incorridos. No intervalo analisado, a empresa não informou os critérios para a contabilização de passivos ambientais.

As práticas contábeis relativas ao registro e divulgação de benefícios pós-emprego da Companhia, no intervalo de 2002 a 2005, estão alinhadas aos procedimentos requeridos pela Deliberação CVM nº 371/2000.

Portanto, com base no exposto, observou-se neste período da análise o interesse dos administradores no fornecimento de informações mais detalhadas acerca das práticas contábeis utilizadas.

Considerando a divulgação de passivos contingentes, observou-se que a empresa ampliou as divulgações, apresentando a partir do exercício de 2003 os passivos contingentes não provisionados, com probabilidade de ocorrência possível ou remota. Os passivos contingentes provisionados também foram explicados de forma mais detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Ressalte-se que no exercício de 2003 não havia norma específica emanada da Comissão de Valores Mobiliários que tratasse de provisões e contingências passivas. Deste modo, verifica-se que o aumento no nível de divulgação dos passivos contingentes por parte da empresa ocorreu de forma voluntária.

No tocante à aderência das provisões registradas no passivo e das divulgações de contingências passivas às normas de contabilidade, verificou-se que os pareceres de auditoria, dos exercícios de 2002 a 2005, informaram que as demonstrações contábeis da Companhia representavam em todos os aspectos entendidos pelos auditores como relevantes, a real posição patrimonial e financeira da empresa, considerando as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Gerdau.

Por fim, observou-se no intervalo de 2002 a 2005, no que tange à política de provisões, que a administração da empresa procurou detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, e se utilizou das notas explicativas às demonstrações financeiras para fornecer informações adicionais àquelas requeridas pela normatização vigente, sem, no entanto apresentar informações financeiras referentes a questões que poderiam trazer algum dano à reputação, tais como provisões relativas a riscos de acidentes de trabalho, considerando o acidente na Açominas em 2002. As provisões relativas a passivos ambientais, constantes da

Tabela 2, foram informadas no Relatório da Administração de 2006, comparativamente aos números de 2005.

Na evidenciação dos critérios utilizados para a contabilização de provisões para contingências cíveis, a Companhia, no Relatório da Administração de 2005, comenta que “...*é parte, no consolidado, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações...*”

Entretanto, não foi explicado pela administração exatamente a que se refere o valor provisionado no passivo consolidado da Companhia.

Enfim, comparando os relatórios financeiros do período analisado com aqueles do período imediatamente anterior, há indícios de que os administradores, por retratarem de forma relativamente elaborada nas demonstrações financeiras os riscos e fatores críticos de sucesso relacionados ao seu negócio, forneceram informações com maior nível de qualidade. Ainda assim, é necessário registrar que em relação aos acidentes de trabalho ocorridos, as únicas informações fornecidas destinaram-se a esclarecer questões indenizatórias. Quanto aos problemas ambientais, também não foram fornecidas informações suficientes.

Estas observações são consistentes com a hipótese dos custos políticos, e da legitimidade, mostrando a preocupação dos administradores e contadores em gerenciar a reputação da empresa, no momento em que acidentes com significativa repercussão coincidem com uma expansão acelerada dos investimentos produtivos.

4.10.2 Balanço Social: 2002 a 2005

De 2002 a 2005, foram publicados relatórios sociais, com esclarecimentos sobre segurança no trabalho e problemas ambientais, juntamente com os indicadores do IBASE, todos referentes às atividades no Brasil.

Em 2002, houve a explosão de um regenerador⁸, na usina da Açominas em Ouro Branco, no Estado de Minas Gerais. Embora o acidente não tenha deixado feridos, a seguradora responsável pela cobertura do equipamento responsabilizou a Açominas por negligência, considerando os resultados de uma consultoria efetuada por empresa independente seis meses antes do acidente, alertando para os riscos de uma explosão (BRASIL MINERAL, 2007).

Neste mesmo exercício, a Açominas recebeu pela quarta vez o certificado de mérito da Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes (Relatório Social Gerdau, 2002).

No Relatório Social da Gerdau de 2002 constou única e exclusivamente a menção ao certificado de mérito recebido da referida associação, configurando a adoção da estratégia comentada por Sancovski e Silva (2004), de demonstrar para o público relevante que as atividades e os desempenhos atuais da organização são apropriados. Este posicionamento da administração pode relacionado à possibilidade de um evento negativo trazer sérias conseqüências, no tocante, por exemplo, ao valor de mercado da empresa, em um contexto de internacionalização das operações da Companhia.

Nos Balanços Sociais de 2002 a 2004, no quadro de indicadores do IBASE, não constam dados referentes ao número de acidentes ocorridos no período. A partir de 2005, a Companhia inicia a divulgação do número de acidentes de trabalho, conforme apresentado na Tabela 3.

Quanto à questão ambiental, identificou-se, a partir do quadro de indicadores do IBASE, no período de 2002 a 2005, os investimentos crescentes da empresa em meio ambiente. Nos relatórios sociais de 2002 a 2005, a empresa dedica um capítulo às práticas de

⁸ O regenerador é um equipamento que abastece com vapor, a altíssimas temperaturas, os altos-fornos da usina responsáveis pela produção do aço (BRASIL MINERAL, 2007).

gestão ambiental, descrevendo iniciativas para a redução de emissão de resíduos poluentes que possam comprometer a qualidade do ar, da água e do solo.

Portanto, neste período da análise, verificou-se que os administradores trataram de questões sensíveis no relacionamento com os stakeholders de forma mais abrangente nos Balanços Sociais e nos Relatórios Sociais, reforçando as iniciativas e os investimentos efetuados, notadamente quando da ocorrência de um evento negativo, como o acidente ocorrido na Açominas.

Os Balanços Sociais apresentados no período de 2002 a 2005, embora constem dos Relatórios da Administração, não foram auditados.

4.10.3 Política de provisões e Balanço Social: 2002 a 2005

Neste período da análise, verificou-se que os administradores aumentaram consideravelmente o nível de divulgações nas demonstrações financeiras, considerando a apresentação de informações relativas a provisões no passivo e a contingências passivas, além da identificação de práticas contábeis relativas ao uso de estimativas e a contabilização de investimentos em meio ambiente.

Entretanto, em referência ao tratamento de questões sensíveis no relacionamento da empresa com a sociedade, quais sejam, os acidentes de trabalho e as questões ambientais, verificou-se que os administradores trataram destes problemas por meio dos relatórios sociais, divulgados ao público nos exercícios de 2002 a 2005. Aparentemente, estas questões não estão refletidas nas demonstrações financeiras, seja por meio de provisões no passivo ou divulgações de contingências passivas. A apresentação do primeiro relatório social da empresa, no ano de 2002, coincide com um acidente de grandes proporções, ocorrido na empresa Açominas, controlada da Gerdau.

4.11 Exercício de 2006

Em 2006, os principais eventos foram: (i) a aquisição de empresas do ramo de siderurgia localizadas na América do Norte, América do Sul e Europa, no valor total de US\$ 1,0 bilhão; (ii) a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2006, da Deliberação CVM nº 489/2005, que estabelece, dentre outras exigências, regras para registro de provisões no passivo e divulgação de informações relativas a provisões e contingências passivas; (iii) a divulgação, pela primeira vez, dos valores provisionados relativos à recuperação de áreas impactadas por suas atividades; (iv) o ingresso das ações da Gerdau no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA); e (v) a interrupção da divulgação de relatórios sociais, com a apresentação de todos os comentários sobre a atuação sócio-ambiental no Balanço Social, anexo ao Relatório da Administração.

Considerando o quarto item apresentado acima, ressalte-se que o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE) tem como principal objetivo ser uma referência no âmbito de investimentos socialmente responsáveis. O Índice busca aferir o desempenho de uma carteira composta por ações de empresas comprometidas com a responsabilidade social e sustentabilidade empresarial, contemplando em sua avaliação indicadores econômico-financeiros, sociais e ambientais (BOVESPA, 2009).

4.11.1 Política de Provisões: exercício de 2006

No exercício de 2006, a alteração na política de provisões em relação aos períodos anteriores diz respeito à divulgação dos montantes registrados no passivo em 2006, comparativamente aos valores referentes a 2005, relativos a remediação de impactos

ambientais causados pela atividade da empresa. Segue a nota explicativa constante do Relatório da Diretoria de 2006.

“23 – MEIO AMBIENTE

*A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A administração da Companhia realizou um levantamento com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e, como resultado, contabilizou, na linha de ‘**Outras contas a pagar no longo prazo**’ [grifo nosso], com base na melhor estimativa do custo, valores para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas, que montam a R\$ 76.724 em 31/12/2006...(R\$ 38.406 em 2005). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.” (Relatório da Diretoria de 2006, GERDAU).*

A divulgação desta nota marca o início do interesse dos administradores em mostrar à sociedade os grandes riscos ambientais decorrentes da atividade da empresa, e de como eles são enfrentados pela administração.

Como os administradores e contadores da Gerdau já vinham adotando, nas demonstrações financeiras, de forma não explícita, as orientações contidas na norma IAS 37, emitida pelo IASB em 1999, a entrada em vigor da Deliberação da CVM nº 489/05, que reproduz as determinações do referido IAS, aparentemente não teve maiores implicações nos procedimentos relativos a constituição de provisões e na divulgação de contingências passivas.

No que se refere à adequação das provisões registradas no passivo e das contingências passivas divulgadas às normas contábeis então vigentes, identificou-se, por meio do exame do relatório da administração, que os auditores independentes atestaram a aderência das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gerdau às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em referência à divulgação de passivos contingentes provisionados e não provisionados, verificou-se que a empresa manteve o nível de abrangência da evidenciação, observado no exercício de 2005, dedicando aproximadamente 1,5 páginas do Relatório da Diretoria a estas questões.

Na nota explicativa sobre provisões para contingências cíveis, a administração comenta pela primeira vez, desde o ano de 1999, que, dentre as ações judiciais em que é parte, decorrentes do curso ordinário de suas operações, se incluem processos referentes a acidentes de trabalho, informando o valor provisionado no passivo referente a estas questões.

Pode-se argumentar, portanto, que há indícios de que a política de provisões e contingências passivas cada vez mais dá um tratamento mais minucioso aos riscos relacionados às atividades da empresa, notadamente às questões ambientais.

4.11.2 Balanço Social: exercício de 2006

Na apresentação do Balanço Social de 2006, a empresa destaca sua atuação em relação ao meio ambiente, suas iniciativas para promover a redução dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades, considerando o controle de emissões atmosféricas, o emprego de tecnologias para reaproveitamento da água, e a reciclagem de matéria-prima em seus processos industriais. De acordo com a administração da empresa, a política de meio ambiente da Companhia visa o estabelecimento de condutas que assegurem a preservação ambiental e contribuam para o desenvolvimento sustentado da sociedade.

A empresa informou no balanço social os impactos ambientais causados pela emissão de partículas sólidas na atmosfera, bem como as tecnologias empregadas para reduzi-las, através de sistemas de filtragem de partículas. Também no processo industrial, destaca o

reaproveitamento de co-produtos resultantes da produção do aço, desenvolvido através de projetos em parceria com centros de pesquisa.

Em referência a segurança no trabalho, a empresa enfatiza seu compromisso em eliminar a ocorrência de acidentes de trabalho, bem como a redução alcançada na taxa relativa de acidentes em relação ao ano de 2005.

Em termos absolutos, conforme pode ser observado por meio do exame da Tabela 3, ocorreu acréscimo no número de acidentes de trabalho em 2006, e também no volume de investimentos em segurança e saúde no trabalho. No entanto, em termos relativos, não ocorreram variações relevantes, sugerindo a eficácia das providências da empresa em relação à segurança no trabalho. Naquele ano, foram aplicados recursos equivalentes a 0,16% da receita líquida em ações relativas a estas questões, o maior percentual divulgado pela empresa, em comparação com anos anteriores.

No campo da gestão de pessoas, foram destacados os investimentos efetuados em capacitação, o índice de satisfação dos empregados, além dos sistemas utilizados na gestão dos recursos humanos.

4.11.3 Política de provisões e Balanço Social: exercício de 2006

A partir das análises efetuadas, observou-se que o balanço social e as demonstrações financeiras publicadas em 2006, por apresentarem uma maior quantidade de informações detalhadas sobre as preocupações dos administradores da empresa com o meio ambiente e com a segurança no trabalho, evidenciam o aumento da compreensão da importância de uma estratégia ampla de comunicação com os principais interessados, para mostrar que a obtenção de resultados envolve custos e riscos que estão sendo devidamente ponderados em todas as decisões tomadas pela administração.

4.12 Período de 2007 a 2008

No período de 2007 a 2008, os principais fatos foram os seguintes:

Ano de 2007: (i) aquisição da empresa Chaparral Steel Company, nos Estados Unidos; (ii) adoção antecipada da Instrução CVM nº 457/07, que trata da elaboração de demonstrações financeiras consolidadas segundo o padrão contábil internacional⁹; (iii) transição da liderança executiva da empresa para nova geração da família Gerdau; (iv) obtenção do Grau de Investimento.

Ano de 2008: (i) aquisição da empresa Macsteel, nos Estados Unidos; (ii) retração da demanda por produtos da empresa e diminuição na oferta de crédito no último trimestre do ano, em função da crise internacional.

4.12.1 Política de Provisões: 2007 a 2008

No exercício de 2007, a empresa apresentou pela primeira vez em suas demonstrações financeiras o item “passivos ambientais”, no relato dos critérios para aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas da empresa na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Segue o conteúdo deste item.

⁹ A Instrução CVM nº 457/07 determina que as companhias de capital aberto deverão, a partir do exercício de 2010, adotar o padrão internacional de contabilidade (IFRS's), em substituição ao padrão contábil brasileiro, no que se refere à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. A Gerdau, entretanto, efetuou a aplicação antecipada desta Instrução, divulgando, a partir do exercício de 2007, suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os padrões internacionais de contabilidade.

A Companhia justificou a adoção antecipada do padrão internacional considerando dois fatores: (i) a visão da Empresa, de se tornar uma empresa siderúrgica global; e (ii) a necessidade de que as práticas contábeis da Empresa sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais, como um meio para aumentar a transparência e a confiabilidade das informações financeiras apresentadas ao público.

“A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação em locais ambientais conhecidos. A Companhia possui uma equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, e usa especialistas externos quando necessário. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia estimativas significativas, e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.” (Gerdau, Relatório da Administração 2007).

Tal como no exercício de 2006, a empresa apresentou, em uma nota explicativa às demonstrações financeiras, os montantes registrados na rubrica “outras contas a pagar”, referentes a provisões para recuperação de áreas atingidas por suas atividades. Nas demonstrações financeiras de 2007, é comentado que a Companhia e suas controladas entendem estar aplicando todas as normas ambientais nos países em que conduzem operações.

Neste contexto, considerando o período analisado, identificam-se indícios de que a questão ambiental é vista pelos administradores como um fator crítico na condução dos negócios da empresa, e também na escolha das práticas contábeis a serem aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras.

A estrutura de divulgação das provisões para contingências e das contingências passivas praticamente não sofreu alterações em função da adoção do padrão contábil internacional. De acordo com a norma IAS 37, as provisões para contingências devem ser apresentadas separadamente dos depósitos judiciais relacionados a cada processo. No padrão contábil brasileiro, estes eram deduzidos das provisões para contingências.

As provisões para pagamentos de benefícios a empregados, segundo a norma internacional, requerem tratamento contábil diferente do preconizado pela norma brasileira, sendo uma das principais diferenças o registro do valor dos superávits esperados com planos

de benefícios, até o limite das contribuições a serem pagas aos empregados. Nas demonstrações financeiras de 2007, a Companhia divulgou nota explicativa referente a provisões para benefícios a empregados, abrangendo aproximadamente 1,5 páginas do Relatório da Administração, detalhando os critérios utilizados para contabilização.

No exercício de 2008, as práticas contábeis relativas a provisões no passivo sofreram pequenas alterações em relação ao exercício anterior. Os benefícios a empregados foram incluídos nas práticas contábeis como um item a ser considerado no uso de estimativas.

Em virtude de alterações na norma internacional IAS 19, referente a benefícios a empregados, foram divulgados em nota explicativa os efeitos desta mudança normativa nas demonstrações financeiras da Companhia.

As divulgações referentes a provisões para contingências e passivos contingentes não provisionados praticamente não se alteraram em relação a 2007.

Em referência à adequação das provisões no passivo e das contingências passivas às normas de contabilidade segundo o padrão internacional, verificou-se, por meio de consulta aos relatórios da administração de 2007 e 2008, que os auditores independentes formularam parecer informando que as demonstrações financeiras consolidadas da Gerdau refletiam adequadamente a real situação patrimonial e financeira da empresa, na data de encerramento daqueles exercícios sociais.

No que se refere à política de provisões, no período analisado, observou-se que a Companhia divulgou, de forma destacada, as práticas contábeis consideradas críticas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, abrangendo os passivos ambientais e os benefícios pós-emprego, por envolverem a aplicação de julgamentos por parte dos profissionais de contabilidade, especialistas externos à Companhia, e também pelos administradores.

4.12.2 Balanço Social: 2007 a 2008

No ano de 2007, a empresa destacou, no Balanço Social, o acréscimo de 105,1% nos investimentos em meio ambiente, em comparação ao ano de 2006. O volume de recursos aplicados foi equivalente a 1,13% da receita líquida, conforme apresentado na Tabela 3. As demais informações divulgadas no balanço social de 2007 não apresentaram alterações relevantes, em comparação ao divulgado em 2006.

Observou-se que, em 2008, a Companhia alterou o formato de divulgação das informações sócio-ambientais, que até o ano anterior eram apresentadas no Balanço Social, passando a divulgá-las em outro item do relatório da administração, junto a informações financeiras e operacionais.

Em essência, o conteúdo das informações apresentadas nos balanços sociais deste período da análise praticamente não se alterou em relação ao exercício de 2007.

4.12.3 Política de provisões e Balanço Social: 2007 a 2008

Nos relatórios financeiros, a mudança no padrão contábil e a inclusão de práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras, como os passivos ambientais e os benefícios pós-emprego, representaram alterações importantes, no contexto da política de provisões e contingências passivas. Pela primeira vez, é colocada pelos administradores a questão do exercício de julgamentos, no que tange à constituição de provisões no passivo. Em relação à divulgação de informações no Balanço Social, observaram-se indícios de que a administração buscou manter o nível de divulgação apresentado em 2006, ressaltando apenas a alteração do modelo de apresentação no ano de 2008, no qual, aparentemente, não ocorreram alterações de conteúdo.

CAPÍTULO V

5 CONCLUSÕES, CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

5.1 Conclusões

Este estudo teve como objetivos: (i) examinar a evolução da política de provisões e contingências passivas de uma empresa, ao longo de um período de dez anos, abrangendo o período em que ocorreu a divulgação do primeiro Balanço Social; e (ii) verificar como a administração da empresa pesquisada organizou sua estratégia de comunicação, a partir do momento em que os gestores passaram a contar com dois instrumentos de comunicação com os “stakeholders” e com a sociedade: as demonstrações financeiras, no contexto das provisões e contingências passivas, e o Balanço Social.

Esta pesquisa consistiu no estudo de um único caso, o da empresa Gerdau S.A., abrangendo um período correspondente a dez exercícios sociais: dois exercícios sociais anteriores à apresentação do primeiro Balanço Social, o exercício em que ocorreu a primeira divulgação, e os sete exercícios sociais subsequentes. Foram analisadas as demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios de 1999 a 2008.

Quanto ao Balanço Social, foram examinados os relatórios dos exercícios de 2001 até o de 2008, divulgados de acordo com a metodologia de elaboração preconizada pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, atualmente um dos modelos mais difundidos.

A escolha da empresa baseou-se: (i) na disponibilidade de relatórios financeiros, que permitissem analisar a evolução da política de provisões e contingências passivas no período da análise; (ii) na disponibilidade de uma série histórica de balanços sociais, com a primeira

divulgação ocorrida em um período relativamente recente, seguindo uma das três metodologias de elaboração mais difundidas: o modelo IBASE, o modelo GRI ou o modelo do Instituto ETHOS; e (iii) no fato de a empresa pesquisada, por atuar no setor de siderurgia, possuir altos custos políticos, e como consequência, caracterizar-se por uma evidente preocupação dos administradores com o gerenciamento da reputação.

Os resultados obtidos nesta pesquisa são resumidos a seguir.

Foi examinada a evolução das variações das provisões totais apuradas segundo o modelo de Patten e Trompeter (2003), a qual indicou que ocorreram alterações no comportamento destas provisões a partir do exercício de 2002. No entanto, a análise das variações das provisões totais no passivo, demonstrou que elas praticamente não variaram, à exceção do ano de 2002. Naquele ano, a principal mudança observada resultou do elevado montante contabilizado na provisão para benefícios a empregados. Aparentemente, deste exercício em diante, as variações nesta provisão apresentaram comportamento estável. As demais provisões específicas no passivo não sofreram alterações importantes, em termos quantitativos.

Quanto ao exame dos indicadores publicados no Balanço Social, pode-se observar que, os gastos com previdência complementar, com tributos e os investimentos em meio ambiente, em termos relativos, apresentaram oscilações no período de 2001 a 2008. Os dispêndios com segurança no trabalho, embora tenham aumentado em termos absolutos, praticamente não se alteraram, em comparação com as receitas. A leitura dos quadros de indicadores dos balanços sociais demonstrou que não houve, por parte da administração, preocupação com a consistência nas informações divulgadas.

No tocante ao estudo da política de provisões e contingências passivas, verificou-se que, ao longo do período analisado, apresentaram-se indícios de que os administradores, por meio da política de provisões, buscaram retratar de maneira adequada os riscos e os fatores

críticos para o sucesso da atividade da empresa, nos relatórios financeiros, considerando: (i) o aumento no número de provisões específicas divulgadas; (ii) o aprimoramento das práticas contábeis utilizadas; (iii) a adoção antecipada de normas de contabilidade; e (iv) o aumento na quantidade e no nível de detalhamento na apresentação informações relativas a provisões e contingências passivas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas pela empresa sofreram modificações importantes no período analisado. Dentre as principais alterações, destaca-se a adoção de práticas contábeis relativas a passivos ambientais, aos benefícios pós-emprego e ao uso de estimativas, em que a empresa demonstra reconhecer os riscos inerentes a sua atividade, bem como os riscos relacionados a incertezas nos julgamentos dos montantes a serem registrados na forma de provisões no passivo. Neste contexto, é importante ressaltar a postura dos administradores, quando mencionam, nas demonstrações financeiras do ano de 2007, a necessidade do exercício de julgamentos, no tocante à constituição de provisões no passivo, bem como o fato que as estimativas efetuadas podem diferir significativamente dos montantes efetivamente incorridos pela Companhia.

Examinando a aderência das provisões registradas no passivo e da divulgação de contingências passivas às normas de contabilidade, através da leitura dos pareceres dos auditores independentes anexos ao relatório da administração, constatou-se que a empresa cumpriu satisfatoriamente os requisitos das normas a que estava submetida.

No que tange à ocorrência de eventos significativos na empresa pesquisada, no período de análise, destaca-se o acidente ocorrido na Açominas em 2002, em que a administração encaminhou as questões ambientais e os problemas relacionados à segurança no trabalho através do balanço social, enfatizando os investimentos efetuados pela empresa nestas áreas. Apesar da ocorrência de um acidente de grandes proporções, a Companhia destacou o recebimento do certificado de mérito de uma associação de prevenção de

acidentes, no relatório sócio-ambiental de 2002. Nas demonstrações financeiras daquele exercício social, verificou-se que, aparentemente, estas questões não foram tratadas pela administração, seja por meio da constituição de provisões no passivo, seja através da divulgação de contingências passivas.

Por fim, verificou-se que os administradores da companhia pesquisada aprimoraram o volume e o conteúdo de informações divulgadas nos relatórios financeiros e nos balanços sociais. No entanto, o aumento nos níveis de divulgação nos referidos relatórios não traduz necessariamente a existência de um mecanismo de coordenação interna na gerência destes dois veículos de comunicação com as partes interessadas. Ressalte-se a impossibilidade, neste estudo, de verificar o grau de concatenação entre os preparadores de demonstrações financeiras e os agentes responsáveis pela elaboração do Balanço Social, uma vez que a pesquisa se utilizou de dados públicos.

5.2 Contribuições do estudo

São as seguintes as contribuições deste estudo:

- Ele complementa e estende os resultados obtidos na pesquisa de Patten e Trompeter (2003), uma vez que examinou em detalhe as informações obtidas, em lugar da utilização de técnicas estatísticas aplicadas a uma amostra de empresas, nas quais não seria possível investigar o comportamento de cada um dos seus elementos. No presente estudo, foram efetuadas análises detalhadas dos relatórios financeiros e dos balanços sociais da empresa pesquisada, em cada ano do intervalo abrangido pela pesquisa;

- O estudo possibilitou a análise do tratamento dado pelos administradores a questões consideradas relevantes no relacionamento da Companhia com seu público de interesse, por meio da utilização de dois canais de comunicação: as demonstrações financeiras, no âmbito da política de provisões e contingências passivas, e o Balanço Social. No caso de uma empresa com elevados custos políticos, resultantes dos riscos de danos ambientais e de acidentes de trabalho, a política de provisões e contingências passivas, bem como a divulgação de informações no Balanço Social, podem representar elementos críticos para a administração, no tocante à gerência da reputação e ao gerenciamento dos custos políticos.

5.3 Recomendações para futuras pesquisas

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se a continuação deste estudo, combinando a análise dos relatórios financeiros e do Balanço Social com as informações levantadas por meio de entrevistas com os preparadores de demonstrações financeiras e com os responsáveis pela elaboração do Balanço Social. Deste modo, seria possível identificar os pressupostos e motivações utilizados pela administração da Companhia na construção da política de provisões da empresa, além de se obter elementos que confirmem a existência de coordenação interna, na preparação dos relatórios financeiros e do Balanço Social¹⁰.

¹⁰ No período de elaboração deste trabalho, foi realizado contato através de e-mail com o setor de relações com investidores da empresa pesquisada, com o intuito de contatar o setor responsável pela preparação dos Balanços Sociais. Entretanto, em sua resposta, a funcionária Carina Klein e Castro agradeceu o interesse pela empresa e informou que os balanços sociais se encontravam à disposição do público na página da empresa na Internet.

6 REFERÊNCIAS

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo. **Abertura de Capital, Profissionalização e Novas Fórmulas de Gestão**. Depoimento do empresário Jorge Gerdau Johannpeter. Disponível em: <http://www.bovespa.com.br/pdf/InforEmpresasArtigo7.pdf>. Acesso em 13 jun 2009.

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo. **Folder Nível 1**. Disponível em: www.bovespa.com.br. Acesso em 13 jun 2009.

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo. **Resumo ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial**. Disponível em: <http://www.bovespa.com.br/pdf/Indices/ResumoISENovo.pdf>. Acesso em 13 jun 2009.

BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de dezembro de 2007. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 jun 2009.

BRASIL MINERAL. **SIDERURGIA – Açominas e Sul América disputam seguro**. Brasil Mineral On-line nº 313, 01 ago 2007. Disponível em: <http://www.brasilmineral.com.br/BM/default.asp?COD=3097;busca=;numero=313>. Acesso em: 21 jun 2009.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003/04. Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental**. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc. Acesso em: 30 abr. 2009.

COFFEE, John C. Jr. **A theory of corporate scandals: why the USA and Europe differ?** Oxford Review of Economic Policy. Vol 21, nº 2, p. 198-211, 2005.

COOPER, David J.; MORGAN, Wayne. **Case Study Research in Accounting**. Accounting Horizons. Vol. 22, nº 2, p. 159-178, 2008.

COSTA, Alessandra Cristina O.C. *et al.* **Conservadorismo, accruals e Qualidade dos Lucros Contábeis**. In: ENANPAD, XXVI, 2002. Salvador-BA Anais... Bahia: ANPAD, 2002. CD-ROM.

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/SNC/Nº 01/99. Assunto: Pesquisa Ação Social das Empresas**. Rio de Janeiro, 06 de outubro de 1999.

_____. **Deliberação CVM nº 371/2000**. Aprova o Pronunciamento do IBRACON sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2000.

_____. **Deliberação CVM nº 489/2005**. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 22 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas. Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2005.

_____. **Instrução CVM nº 457/2007**. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007.

DADALT, Peter J.; JIRAPORN, Pornsit; YAARI, Varda. **Does Founding Family Control Affect Earnings Management?** January, 2006. Disponível em: http://www.fma.org/SLC/Papers/founding_family_01_16_2006.pdf. Acesso em: 01 jun. 2009.

ECCLES, Robert G.; NEWQUIST, Scott C.; SCHATZ, Roland. **Reputation and Its Risks**. Harvard Business Review. February, 2007.

FERREIRA, Aracéli C., *et al.* **Contingências Ambientais nas indústrias siderúrgicas e sua evidenciação nas Demonstrações Financeiras – é possível identificar a estratégia de gestão do meio ambiente através das informações divulgadas?** In: III Conferência GECAMB de Gestão e Contabilidade Ambiental. Leiria, Portugal, 2008. CD-ROM.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD – FASB. **Statement of Financial Accounting Standards nº 5 – Accounting for Contingencies**. March, 1975. Disponível em: www.fasb.org. Acesso em: 5 abr. 2009.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD – FASB. **Statement of Financial Accounting Concept nº 6 – Elements of Financial Statements**. December, 1985. Disponível em: www.fasb.org. Acesso em: 5 abr. 2009.

GERDAU S.A. **Relatório da Administração 1999**. Disponível em: www.gerdau.com.br. Acesso em: 01 jun. 2009.

_____. **Relatório da Administração 2000**. Disponível em: www.gerdau.com.br. Acesso em: 01 jun. 2009.

_____. **Relatório da Administração 2001**. Disponível em: www.gerdau.com.br. Acesso em: 01 jun. 2009.

_____. **Relatório da Administração 2002**. Disponível em: www.gerdau.com.br. Acesso em: 01 jun. 2009.

_____. **Relatório da Administração 2003**. Disponível em: www.gerdau.com.br. Acesso em: 01 jun. 2009.

_____. **Relatório da Administração 2004**. Disponível em: www.gerdau.com.br. Acesso em: 01 jun. 2009.

_____. **Relatório da Administração 2005**. Disponível em: www.gerdau.com.br. Acesso em: 01 jun. 2009.

_____. **Relatório da Diretoria 2006**. Publicado no Jornal do Comércio e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 28 de fevereiro de 2007. Disponível em: www.gerdau.com.br. Acesso em: 10 jun. 2009.

_____. **Demonstrações Financeiras conforme as normas internacionais de contabilidade. Relatório da Administração 2007.** Disponível em: www.gerdau.com.br. Acesso em 01 jun. 2009.

_____. **Demonstrações Financeiras conforme as normas internacionais de contabilidade. Relatório da Administração 2008.** Disponível em: www.gerdau.com.br. Acesso em 01 jun. 2009.

_____. **A Gerdau.** Disponível em: <http://www.gerdau.com.br/port/agerdau/index.asp>. Acesso em: 10 jun. 2009.

_____. **Cronologia Gerdau.** Disponível em: http://www.gerdau.com.br/port/agerdau/download/cronologia_outubro2008.pdf. Acesso em: 10 jun. 2009.

_____. **Controle Acionário.** Disponível em: <http://www.gerdau.com.br/port/ri/informacoes-acionistas-estruturas-societarias.asp>. Acesso em: 10 jun. 2009.

_____. **Relatório Social e Ambiental Brasil 2002.** Disponível em: <http://www.gerdau.com.br/port/ri/informacoes-financeiras-relatorios-anuais.asp>. Acesso em 20 jun. 2009.

_____. **Relatório Social e Ambiental Brasil 2003.** Disponível em: <http://www.gerdau.com.br/port/ri/informacoes-financeiras-relatorios-anuais.asp>. Acesso em 20 jun. 2009.

_____. **Relatório Social e Ambiental Brasil 2004.** Disponível em: <http://www.gerdau.com.br/port/ri/informacoes-financeiras-relatorios-anuais.asp>. Acesso em 20 jun. 2009.

_____. **Relatório de Sustentabilidade Brasil 2005.** Disponível em: <http://www.gerdau.com.br/port/ri/informacoes-financeiras-relatorios-anuais.asp>. Acesso em 20 jun. 2009.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade.** Versão 3.0, 2006. Disponível em: http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3_GuidelinesPTG.pdf. Acesso em: 10 abr. 2009.

GOUVÊA, A., *et al.* Brazilian boardrooms. **The MacKinsey Quarterly**, n. 2, 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

IBASE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Balço Social, dez anos: o desafio da transparência.** Rio de Janeiro: 2008.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD – IASB. **International Accounting Standards 19 – Employee Benefits.** Disponível em: www.iasb.org. Acesso em 05 jun. 2009.

_____. **International Accounting Standards 37 – Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets**. Disponível em: www.iasb.org. Acesso em 05 jun. 2009.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

_____. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo: Atlas, 2007.

LEV, Baruch. **Information Disclosure Strategy**. California Management Review. Berkeley: Summer 1992. Vol. 34, Iss. 4.

NISWONGER, C. Rollin; FESS, Philip E. **Accounting Principles**. South-Western Publishing Co., 12th edition, 1977.

PALEPU, Krishna G.; BERNARD, Vitor L.; HEALY, Paul M. **Introduction to Business Analysis & Valuation**. South-Western Publishing Co., 1997.

PATTEN, Dennis M., TROMPETER, Greg. **Corporate responses to political costs: an examination of the relation between environmental disclosure and earnings management**. Journal of Accounting and Public Policy. Vol 22, p.83-94 (2003).

PRATT, Jamie. **Financial accounting in an economic context**. John Wiley & Sons, Inc., Sixth edition, 2006.

REIS, Carlos Nelson, MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade Social das empresas e Balanço Social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANCOVSCHI, Moacir; SILVA, Adolfo Henrique C. **Relatórios Sociais Corporativos da Souza Cruz S.A. no período de 1993-2002**. In: X Congresso COPPEAD de Administração, 2004.

SILVA, Adolfo Henrique C. **Evidenciação Social Corporativa: Estudo de Caso Longitudinal das Empresas Petróleo Brasileiro S.A. e Souza Cruz S.A.** 2003.132f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

STICKNEY, Clyde P., WEIL, Roman L. **Contabilidade Financeira**. São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, José Eduardo P. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

WANG, Dechun. **Founding Family Ownership and Earnings Quality**. Journal of Accounting Research. Vol 44, n° 3, p. 619-656, June 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)